

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO GONÇALVES ROSSI



DINHEIRO NÃO COMPRA UMA VIDA FELIZ: ECONOMIA DA FELICIDADE,
UMA NOVA ABORDAGEM PARA TRABALHAR QUESTÕES ECONÔMICAS

CURITIBA

2019

BRUNO GONÇALVES ROSSI

DINHEIRO NÃO COMPRA UMA VIDA FELIZ: ECONOMIA DA FELICIDADE,
UMA NOVA ABORDAGEM PARA TRABALHAR QUESTÕES ECONÔMICAS

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de bacharel, curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Sbicca Fernandes.

CURITIBA

2019

A todos que amo, vocês me tornam uma pessoa melhor e
mais forte a cada dia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha saúde e disposição e pelas condições, materiais e emocionais, que me possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa. Igualmente, agradeço a minha família, especialmente meus pais, Ângelo e Izabel, que com muito esforço, dia após dia, me proporcionaram todo o apoio necessário para que eu conseguisse concluir meus estudos.

Agradeço a minha irmã, Jaqueline, que me confortou com palavras de amor nos dias tempestuosos. Gostaria de dedicar um espaço para agradecer meus primos, Felipe e Marina, também por cada momento, palavra e gesto de amor, carinho e apoio durante essa jornada.

Gratidão a todos os meus amigos, que ganharam o meu coração com o seu companheirismo e lealdade. Da mesma forma, agradeço a cada um dos meus professores, que acompanharam meu crescimento e me ajudaram a ser quem eu me tornei. Agradeço, em especial, a Professora Dra. Adriana Sbicca, pela confiança, por acreditar em mim, e aceitar me orientar.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná (UFPR) por ser a minha segunda casa durante um dos períodos mais importantes da minha vida. A cada pessoa representada neste agradecimento e que me acompanhou durante todo o meu processo de desenvolvimento, meu eterno amor e gratidão.

Por fim, com modéstia, eu agradeço a mim mesmo, por me permitir a desenvolver este trabalho. Com muita paz de espírito, muita gratidão por trilhar este caminho e por perceber que “ser capaz de lidar com a vergonha é ser capaz de dizer: [...] o sucesso, o reconhecimento externo e a aprovação dos outros não são os valores que me controlam. O meu valor é a coragem, e eu fui corajoso.” (BROWN, 2016).

Dê-me coragem para aparecer e deixar que me vejam

Brené Brown

RESUMO

A Economia da Felicidade ao passo que se mostra uma como abordagem recente, também compartilha de estudos que trazem importantes reflexões acerca de como os economistas trabalham as questões econômicas. Nesse sentido, além de algumas aplicações em discussões de grande destaque na economia, como o trade off entre inflação e desemprego e assuntos relacionados a tributação e políticas públicas, o debate sobre renda, consumo e felicidade, que busca entender quais fatores são importantes ao analisar essas variáveis e a relação que se estabelece entre elas e os agentes econômicos, reconhecendo a sua complexidade, é uma das discussões centrais no estudo do tema. Tendo isso em vista, o presente estudo teve como principal objetivo discutir como os elementos apresentados nos estudos em Economia da Felicidade influenciam nessa relação, de forma que ressaltar como é possível realizar outras leituras acerca do processo de crescimento econômico frente aos elementos apresentados. Por fim, esta pesquisa também dedica um espaço para apresentar, em linhas gerais, os índices de mensuração de felicidade, com o objetivo de ressaltar como esses índices incluem outras dimensões além das pecuniárias para entender o comportamento dessa variável.

Palavras chave: Economia da Felicidade; Fatores Psicológicos, Fatores Culturais, WHR, FIB.

ABSTRACT

Economics of Happiness, while a recent approach, also shares studies that bring important reflections on how economists work on economic issues. In this sense, in addition to some applications in prominent discussions in the economy, such as the trade off between inflation and unemployment and issues related to taxation and public policy, the debate on income, consumption and happiness, which seeks to understand which factors are important when analyzing These variables and the relationship established between them and the economic agents, recognizing their complexity, is one of the central discussions in the study of the theme. The present study aimed to discuss how the elements presented in the studies on Happiness Economics influence this relationship, to highlight how it is possible to take other readings about the economic growth process against the presented elements. Finally, this research also devotes a space to present, in general, the happiness measurement indexes, in order to highlight how these indices include other dimensions besides the monetary ones to understand the behavior of this variable.

Key-words: Economics of Happiness; Psychological Factors, Cultural Factors
WHR, FIB.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FELICIDADE	9
2.	ECONOMIA DA FELICIDADE: UMA QUESTÃO RELEVANTE?	15
2.1.	PRINCIPAIS APLICAÇÕES: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 16	
2.1.1.	Inflação, Desemprego e Economia Política	18
2.1.2.	Tabagismo e Tributação	21
2.2.	UMA NOVA ABORDAGEM QUE SE CONSOLIDA? <i>HABITUATION</i> , <i>PROJECTION BIAS</i> E A NATUREZA DA FELICIDADE	23
3.	A RELAÇÃO EMPÍRICA OBSERVADA: O INÍCIO DA DISCUSSÃO... 27	
4.	CULTURA E FELICIDADE	35
4.1.	A INTERPRETAÇÃO.....	35
4.2.	FELICIDADE E ASPECTOS CULTURAIS: A PERCEPÇÃO DE MOBILIDADE DE RENDA E <i>SET POINT THEORY OF HAPPINESS</i> . 44	
5.	MENSURANDO A FELICIDADE	48
5.1.	<i>WORLD HAPPINESS REPORT (WHP)</i>	49
5.1.1.	WHR: alguns esclarecimentos.....	53
5.1.2.	WHR: algumas considerações sobre o relatório de 2019.....	58
5.2.	FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB).....	60
5.3.	FELICIDADE, UMA NOVA PREOCUPAÇÃO.....	64
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
7.	REFERÊNCIAS.....	70
	ANEXO	72
	ANEXO 1 - RESOLUÇÃO ADOTADA PELA ASSEMBLEIA GERAL EM 28 DE JUNHO DE 2012 (tradução nossa)	72

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FELICIDADE

Felicidade: substantivo feminino, “Estado de espírito de quem se encontra alegre ou satisfeito; alegria, contentamento, fortúnio, júbilo”. (MICHAELIS, 2019, não paginado). A compreensão do que é felicidade, do que é ser feliz, perpassa o dicionário comum e torna-se uma importante questão de estudo no contexto contemporâneo, sobretudo em áreas como a psicologia, economia, demografia e ciências sociais, por exemplo. (TERRA, 2010).

No estudo da Ciência Econômica é comum ter, como objetos de pesquisa, elementos como renda, desemprego, inflação, juros e moeda. Falar em Economia também remete, naturalmente, a questões como produção, distribuição e consumo de bens e serviços; dessa forma, os economistas buscam entender não apenas essas questões, mas a maneira como se manifesta a relação entre agentes econômicos, como Estado, Empresas e Famílias. Compreender questões mais subjetivas como expectativas dos agentes e seus impactos para a Economia também é um debate importante no estudo do tema

Estudar Economia como Ciência, no entanto, é também entender que as questões econômicas envolvem elementos complexos e vinculados a uma perspectiva interdisciplinar. Histórica, estatística, sociológica e filosófica, a Economia lida e analisa essas questões a partir de um contexto social, cultural e histórico, e não distantes da realidade que se encontram, ainda que seja importante ressaltar, dentro da Ciência, a diversidade de correntes teóricas e de leituras possíveis acerca de um mesmo processo.

Analisar os impactos do nível de renda das pessoas, evoca, naturalmente, às discussões de pobreza, riqueza e desigualdade. Nesse sentido, a variável renda não está apenas atrelada à aquisição de bens e serviços, como também relacionada a questão de bem-estar. Uma literatura recente, no entanto, tem levantado importantes questionamentos acerca de uma variável importante: a felicidade.

Esses estudos têm buscado entender como a felicidade das pessoas tem se comportado frente às variações de renda e a um contexto de crescimento e desenvolvimento econômico. Levantando importantes questões e reflexões acerca do tema *Felicidade*, muitos economistas e pesquisadores

têm buscado compreender quais são os fatores que se mostram importantes para o estudo do tema. Para alcançar esse objetivo, considerando a própria natureza da variável, esses estudos adotam uma abordagem de análise que contempla elementos psicológicos, sociais, culturais e institucionais.

Ainda que a economia, com o passar dos anos, fosse se tornando cada vez mais quantitativa e difundindo a noção de utilidade a partir de escolhas racionais, mediante a uma determinada renda e restrição orçamentária, os primeiros economistas e filósofos, desde Aristóteles a Bentham e até Mill e Smith, já buscavam incorporar a questão da felicidade em seus trabalhos. (GRAHAM, 2005).

Segundo Di Tella e MacCulloch (2006) e Graham (2005), Richard Easterlin (1974) foi, no entanto, o primeiro economista moderno a utilizar dados sobre felicidade e relacioná-los com o aumento da renda ao longo do tempo. Graham (2005, p. 42) ainda esclarece que “While psychologists have been using surveys of reported well-being to study happiness for years, economists only recently ventured into this arena [...]”, mais especificamente, a partir de 1970.

Essa nova abordagem de avaliação do bem-estar, que representa uma nova direção no estudo da Ciência Econômica e que une técnicas de análise da Economia e da Psicologia, é chamada de “*Economics of Happiness*”, segundo Graham (2005) – ou Economia da Felicidade, em uma tradução livre.

Segundo a autora (2005), o interesse na felicidade – ou no “[...] *subjective well-being* [...]” (GRAHAM, 2005, p. 42) – dentro do estudo da economia ganhou mais força no final da década de 1990 e representa “[...] part of a more general move in economics that challenges [...] [the] narrow assumptions [da economia tradicional] [...]”. (GRAHAM, 2005, p.42).

Embora Terra (2010, p.27) argumente que “O termo felicidade associa-se, frequentemente, à subjetividade de seu conceito, que já sofreu drásticas mudanças ao longo da história [...]”, Easterlin (1974) esclarece que o conceito, dentro desse contexto, não se restringe ao de bem-estar econômico, de forma que caracteriza-se como uma compreensão mais ampla de bem-estar social, ainda que alguns economistas ignorem essas considerações e julguem que variações no bem-estar econômico, de fato, refletem, no mesmo sentido, em mudanças no bem-estar social.

Bem-estar e felicidade, embora sejam, em muitos casos, tratados como sinônimos ou, em essência, apresentem compreensões similares, dentro da Economia deve-se ter cuidado com esses conceitos, pois remetem a discussões de bases teóricas e modelos de análise diferentes. Tendo isso em vista, é importante esclarecer que, neste estudo, ao passo que as duas expressões serão tratadas como sinônimos a partir da literatura sobre o tema, a utilização desses conceitos nesse sentido está vinculada à um contexto teórico próprio e coerente com a abordagem proposta pela Economia da Felicidade.

Graham (2005, p. 41), por sua vez, complementa essa discussão argumentando que a Economia da Felicidade se baseia “[...] on more expansive notions of utility than does conventional economics, highlighting the role of non-income factors that affect well-being. [...]”. Terra (2010, p.27) ainda ressalta:

Easterlin (2001b) e Veenhoven (1997) definiram felicidade como a avaliação global da vida, em vez de um domínio específico, como o trabalho ou a condição física. Trata-se de uma avaliação positiva da qualidade de vida. Adotando perspectiva semelhante, Yang (2008), Veenhoven (1997) e Graham (2008) defenderam que a felicidade é considerada o melhor indicador de qualidade de vida.

Os dados sobre felicidade são obtidos a partir de pesquisas realizadas em larga escala, com centenas de milhares de pessoas, de diversos países e continentes. (GRAHAM, 2005). Para Easterlin (1974, p.90), esses dados refletem a subjetividade a partir de auto relatos, e “[...] These self-reports are sometimes designated “avowed” or “reported” happiness [...]”, ainda que Di Tella e MacCulloch (2006) os descrevam como “[...] self-reports of well-being [...]”.

Segundo esses autores (2006), o interesse dos pesquisadores da felicidade pelo auto relato, assim como a maneira de coleta e análise, é diferente da realizada pela abordagem tradicional da Economia, já que não se baseia na inferência de preferências de escolhas a partir da observação com suposições teóricas *a priori*.

Tendo em vista todas as considerações apresentadas até o momento, é importante ressaltar que as medidas alternativas de avaliação de bem-estar

propostas pela Economia da Felicidade não buscam substituir as de bem-estar geral baseadas na renda. Os estudos sobre felicidade buscam complementá-las com parâmetros que consideram outros aspectos do processo de desenvolvimento econômico e que também apresentam impactos para o bem-estar – como saúde, estado civil e situação de emprego, por exemplo. (GRAHAM, 2005).

Na presente pesquisa, busca-se identificar as principais discussões levantadas pelos estudos em Economia da Felicidade, além disso, a partir de uma revisão bibliográfica, também busca-se identificar como a felicidade tem se mostrado como uma variável importante para responder questões econômicas.

Inseri-la como uma variável na abordagem de análise, naturalmente, contempla elementos além da renda e reflete em desdobramentos de grande relevância para a teoria econômica. Entre esses elementos, estão fatores psicológicos, ambientais, institucionais e culturais, os quais influenciam na interpretação da relação entre crescimento econômico e felicidade, trazendo importantes reflexões acerca desse processo.

Tendo isso em vista, o presente trabalho terá, como principal questão norteadora, a seguinte problemática: *A partir dos principais fatores levantados nos estudos em Economia da Felicidade, quais possíveis leituras podemos extrair ao analisarmos a relação entre elevação da renda e felicidade?*

A fim de responder a problemática central da presente pesquisa, o nosso objetivo geral consiste em discutir como os elementos apresentados pelos estudos em Economia da Felicidade influenciam na relação entre renda e felicidade, de forma a evidenciar o quanto os fatores psicológicos e culturais apresentados por esses estudos desempenham um papel fundamental para a compreensão desse contexto. Nesse sentido, outros aspectos além da renda são importantíssimos para analisar a variável *felicidade* de forma mais completa.

Identificar as similaridades na base teórica da Economia da Felicidade com outros campos de estudo da economia, o que dizem os principais estudos sobre o tema, em quais dados eles se baseiam, quais são os desafios na coleta e análise e outras questões relevantes para o estudo do tema,

nortearam o desenvolvimento seguinte da presente pesquisa. Todas essas questões serão exploradas nos tópicos seguintes.

Tendo isso em vista, a próxima seção buscará esclarecer as principais similaridades entre Economia da Felicidade e Economia Comportamental. Apresentar essas similaridades é importante na medida em que se reconhece o quanto essas abordagens compartilham de uma mesma base teórica. É na segunda seção que também busca-se explorar os principais estudos e aplicações, assim como os seus resultados, considerações e contribuições, com o objetivo de ressaltar a importância de estudar felicidade na Economia.

A terceira seção será dedicada a apresentação de alguns estudos que buscam relacionar crescimento econômico e as respostas de felicidade, que se baseiam no auto relato, conforme já comentado. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Richard Easterlin, de 1974, ganhou maior destaque tendo em vista que foi a pesquisa a qual deu início à novas oportunidades de estudos sobre o tema, com base na relação empírica entre felicidade e renda observada pelo autor.

A quarta seção busca explorar o papel que os fatores culturais, psicológicos, institucionais e ambientais desempenham para o estudo da felicidade, apresentando os principais aspectos que, segundo a literatura, subsidiam novas interpretações acerca da relação entre o processo de crescimento econômico e felicidade, fornecendo ferramentas chave para que possamos realizar uma nova leitura.

A quinta seção será dedicada a apresentar os principais métodos e técnicas de coleta de dados. Considera-se que essas informações são de grande importância para o contexto contemporâneo, sobretudo porque apresentá-las significa fornecer uma base concreta sobre onde os dados de felicidade podem ser encontrados, tanto para subsidiar as decisões dos formuladores de políticas quanto para novos estudos na área.

Tendo isso em vista, busca-se apresentar informações metodológicas sobre o *World Happiness Report* – um dos relatórios mais conhecidos dentro do estudo do tema, elaborado a partir da *Gallup World Poll*. Ainda que brevemente, este trabalho explorou o relatório mais recente, versão publicada em março deste ano e que tem como principal foco a comunidade, com ênfase na tecnologia, nas normas e conflitos sociais e em como esses aspectos

impulsionaram as mudanças na felicidade. Apresentar o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) e as dimensões que o compõe também será parte da quinta seção. Por fim, a última seção contemplará as considerações finais da presente pesquisa, assim como suas limitações e propostas de estudos futuros.

2. ECONOMIA DA FELICIDADE: UMA QUESTÃO RELEVANTE?

Segundo Levinson (2013), os dados sobre felicidade têm sido utilizados para trabalhar diversas questões importantes na Economia, ainda que essa abordagem seja diferente da tradicionalmente realizada. O mesmo autor (2013) ressalta que os estudos nas áreas de Economia Comportamental e da Felicidade apresentaram um crescimento expressivo nos últimos anos, de forma que:

From 2001 to 2011, while the total number of peer-reviewed journal articles indexed by EconLit doubled, the number of those articles referencing happiness or one of its close relatives – well-being or life satisfaction – quadrupled from 153 to 651, and the number referencing behavioral economics quintupled from 113 to 611. (LEVINSON, 2013, p. 1).

Essas constatações nos alertam, segundo o autor, a pensarmos se esse crescimento não se traduz em uma “moda acadêmica” (LEVINSON, 2013, p. 1, tradução nossa), isto é, algo passageiro, não significativamente influente, ou se não se configura como uma revolução na abordagem de como os economistas trabalham suas questões e problemas de estudo. (LEVINSON, 2013) No entanto, a recentidade da discussão e o número de produções publicadas tornam difícil de avaliar se, de fato, os estudos consistem em um modismo.

De qualquer forma, é válido levantar algumas reflexões: Di Tella e MacCulloch (2006) enfatizam a importância de realizar a leitura baseada em pesquisas de felicidade de maneira crítica e cautelosa. Os dados dão subsídios para identificar, considerando essa variável, quais objetivos sociais devem ser priorizados, quais compensações macroeconômicas são aceitáveis e quais políticas públicas devem ser perseguidas.

É dentro dessa discussão que é importante ressaltar que embora o uso dos dados sobre felicidade na economia seja uma abordagem recente, a Economia da Felicidade e a Economia Comportamental compartilham de bases teóricas similares e ligações numerosas. Para Levinson, (2013, p. 1):

Behavioral economists develop non-standard utility functions in an attempt to formally model and explain seemingly irrational human choices. Happiness economists take survey respondents' statements about their happiness as a proxy for conventional concepts of utility. Along the way, both weave insights from psychology into standard economic theory. Both confront the standard theory's fundamental assumption that humans make choices as if they are maximizing a well-defined utility function.

Segundo o autor, as duas abordagens desafiam a premissa fundamental da teoria tradicional de que as pessoas tomam decisões que buscam maximizar a sua função utilidade definida. Essa percepção é corroborada por Graham (2005, p. 42), que argumenta que Economia da Felicidade se baseia em noções mais amplas de utilidade e bem-estar “[...] including interdependent utility functions, procedural utility, and the interaction between rational and non-rational influences in determining economic behavior.”. Nesse contexto, a mesma autora (2005) ressalta que a incorporação do conceito de racionalidade limitada e com o estabelecimento da Economia Comportamental, novas possibilidades de pesquisas se abriram.

A nova leitura proposta por essas abordagens explica alguns comportamentos que se demonstram irracionais sob a perspectiva da teoria padrão e fornecem ferramentas de análise alternativas – como os dados sobre felicidade – para enfrentar problemas difíceis de avaliar a partir das tradicionalmente utilizadas, “[...] such as the psychic costs of unemployment and inflation, airport noise, and air pollution [...]” (LEVINSON, 2013, p. 1).

Além disso, esses estudos também buscam levantar diversas reflexões acerca de assuntos chave no estudo da economia, como crescimento e desenvolvimento econômico, inflação, desemprego, desigualdade, pobreza, cultura de consumo, globalização e progresso social, por exemplo. No tópico seguinte, vamos explorar essas questões mais detalhadamente e identificar o que os estudos sobre felicidade têm nos mostrado.

2.1. PRINCIPAIS APLICAÇÕES: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o expressivo crescimento dos estudos em Economia Comportamental e Economia da Felicidade nos últimos anos, surgiram diversos

exemplos na literatura econômica que casam as duas abordagens. Esses estudos buscam incorporar a felicidade como um fator importante na elaboração e avaliação de políticas públicas, conforme argumenta Levinson (2013, p.1) “[...] Both use tools that can circumvent problems posed by neoclassical economics in ways that have important public policy applications”. Um dos motivos que explicam essa afirmação é justamente a diferença fundamental com as abordagens econômicas convencionais. (GRAHAM, 2005; LEVINSON, 2013).

Segundo Di Tella e MacCulloch (2006), tradicionalmente, os economistas buscam entender como as políticas afetam o bem-estar a partir de duas etapas: “First, they look at how policies affect behavior. Then, using these predictions, they connect policies to welfare through some theoretical model.” (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006, p.5). No entanto, os mesmos autores (2006, p. 5) esclarecem: “A common problem with this approach is that, even if agreement exists on how a policy affects behavior, there is often a lack of consensus on how the consequences of policy will affect welfare.”.

Graham (2005), por sua vez, complementa essa discussão argumentando que as abordagens tradicionais não conseguem avaliar completamente os impactos de algumas políticas para o bem-estar. Em suma, os dados sobre felicidade apresentam informações relevantes e têm se mostrado uma boa ferramenta para analisarmos algumas questões econômicas. (LEVINSON, 2013).

Isso acontece porque, segundo Levinson (2013, p. 14):

It [economics of happiness] asks how happy or satisfied people are in different situations and directly infers their preferences over those situations based on their responses. The approach has been used to put a monetary value on situations where there are no market prices: unemployment, inflation, terrorism, noise, health, [...] pollution.

Em suma, segundo Frey e Stutzer (2002, apud LEVINSON, 2013) os pesquisadores têm utilizado os dados de felicidade, obtidos por meio das respostas de subamostras, para trabalhar as mais diversas questões, até mesmo as que se referem aos benefícios agregados do processo de globalização. (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006; GRAHAM, 2005).

2.1.1. Inflação, Desemprego e Economia Política

Uma importante questão no debate econômico é o *trade off* existente entre inflação e desemprego. Esse dilema também pode ser analisado à luz da Economia da Felicidade? A resposta é sim. Segundo Levinson (2013, p. 10), “One of the first high-profile policy applications of happiness analysis involves the unemployment-inflation tradeoff”. Graham (2005) complementa essa discussão argumentando que os dados sobre felicidade podem ser utilizados ao analisarmos os efeitos de diferentes macropolíticas.

Alguns pesquisadores, como Di Tella e Macculloch (2006) discorrem sobre o tema a partir do estudo realizado por Wolfers (2003). Além disso, essa questão também foi trabalhada por Graham (2005), conforme veremos a seguir.

Segundo Di Tella e Macculloch (2006, p. 37):

A large literature in macroeconomics assumes that social welfare is reduced both by a higher rate of inflation and by a higher rate of unemployment. This literature has been subject to both a fundamental critique and a question about magnitudes. The fundamental critique is that nominal aspects of an economy like inflation should be of no consequence to rational people.

Ainda que exista essa discussão, no entanto, um ponto importante que se destaca nos estudos em Economia da Felicidade é a questão da magnitude dessa relação, que busca entender o quanto as pessoas estão dispostas a renunciar de ponto percentual de desemprego por uma inflação mais elevada, dado um mesmo nível de felicidade.

Em seu estudo, Wolfers (2003 apud DI TELLA; MACCULLOCH; 2006) utiliza dados sobre felicidade de mais de meio milhão de pessoas, no período de 1973 a 1998. Em suma, segundo Di Tella e Macculloch (2006), o autor buscou estimar uma regressão em que a felicidade é tida como a variável dependente, isto é, a variável Y, e com as taxas de desemprego e inflação como variáveis explicativas, ou seja, e variáveis X. A imagem a seguir apresenta algumas informações importantes:

FIGURA 1 - COMO A PONTUAÇÃO DA FELICIDADE VARIA COM VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS (TRADUÇÃO NOSSA)

Macroeconomic variables	
<i>Unemployment rate</i>	-3.45 (0.50)
<i>Inflation rate</i>	-0.73 (0.33)
<i>Personal characteristics included?</i>	Yes
<i>Dummy variables</i>	Country and year
Unemployment-inflation tradeoff	4.7 (4.1-5.8)
Pseudo R ²	0.06
No. of observations	504,581
Country-year clusters	274

Source: Data are from the Euro-barometer survey series (Wolfers, 2003).

Notes: The dependent variable is the answer to the question: "On the whole, are you very satisfied, fairly satisfied, not very satisfied or not at all satisfied with the life you lead?" where the individual chooses between a) "very satisfied," b) "fairly satisfied," c) "not very satisfied" and d) "not at all satisfied." The method is an ordered probit regression, with standard errors in parentheses and adjusted for clustering at the country-year level.

FONTE: Di Tella e Macculloch (2006, p. 38).

Como pode-se observar, tanto inflação quanto desemprego apresentam uma relação negativa com a felicidade. Isso significa que com o aumento da taxa de qualquer uma das variáveis, a felicidade tenderá a queda, por exemplo. Outra questão que é importante pontuar é que o aumento de um ponto percentual de desemprego pode causar, segundo os dados, 4,7 vezes mais infelicidade quando comparado ao aumento de um ponto percentual de inflação. (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006).

Os mesmos autores (2006, p. 38) complementam essa discussão informando que tal estimativa parece ser robusta, "[...] although the precise multiple varies in different studies", como no caso dos estudos realizados por Di Tella, Macculloch e Oswald (2001 e 2003), apresentado em Levinson (2013) e pelos próprios autores (2006).

Essas estimativas levantam importantes questões acerca do debate inflação-desemprego, sobretudo porque demonstram que se ponderá-los com os mesmos pesos, estaria subestimando os verdadeiros custos do desemprego. Tendo isso em vista, na tomada de decisão da política acerca dessa questão "A government that buys the assumptions on which happiness research is based would look at the estimates [Figura 1] [...]". (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006, p. 39). Essa questão também é trabalhada por Graham (2005), que apresenta considerações similares às de Di Tella e Macculloch (2006)

Levantar essa questão naturalmente evoca uma discussão política. Uma das teorias que buscam explicar os ciclos dos negócios considera que os partidos políticos têm preferências diferentes sobre inflação e desemprego. Di Tella e Macculloch (2006) informam que é comum assumir que direitistas se importam mais com inflação do que esquerdistas, que tendem a se preocupar mais com o desemprego.

Em resumo, ao estimar uma regressão da felicidade para cada um desses grupos, os autores observam que os coeficientes de desemprego e inflação podem variar dependendo do posicionamento político. No entanto, é importante destacar que os mesmos autores esclarecem que as pessoas podem vir a mudar suas crenças dependendo de suas atuais circunstâncias econômicas. (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006).

Ainda que esses estudos possam apresentar resultados conflitantes a depender do subgrupo estudado e o efeito líquido da ponderação de custos e benefícios dependa de alguns argumentos teóricos discutíveis, Di Tella e Macculloch (2006, p. 36) argumentam que “[...] a direct method to estimate at least a part of the consequences is to run a happiness regression for an employed person that includes the level of benefits (to proxy for the cost of risk) and the unemployment rate.”.

Nesse contexto, os autores também apresentam algumas considerações sobre alguns estudos já realizados sobre o tema. Alguns desses estudos demonstram que as compensações entre inflação e desemprego para ricos e pobres não são significativamente diferentes, enquanto em outros trabalhos identifica-se que o bem-estar dos pobres tende a ser menor quando comparado ao de pessoas mais ricas em períodos de inflação mais elevada. (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006).

É importante destacar, no entanto, que o presente trabalho não buscará discutir esses estudos com mais profundidade do que a que já foi aqui apresentada, demonstrando todas as suas considerações metodológicas, por exemplo. De qualquer forma, é necessário apresentá-los na medida em que a felicidade é tida como um importante fator a ser considerado.

A abordagem de avaliação pautada nos dados sobre felicidade também busca medir os efeitos da desigualdade. (GRAHAM, 2005). Um exemplo pode ser encontrado no trabalho desenvolvido por Di Tella e MacCulloch (2006), que

utilizam dados sobre felicidade para avaliar o impacto das políticas públicas sobre o bem-estar social e entender se a desigualdade afeta de forma diferente a felicidade dos europeus em relação à dos americanos. Uma discussão parecida também foi feita no estudo de Graham (2005). Embora a presente seção esteja apresentando as principais aplicações da Economia da Felicidade, esses estudos, em específico, serão trabalhados com mais profundidade na seção 5, que buscará explorar o fator cultural na análise da questão.

2.1.2. Tabagismo e Tributação

Segundo Graham (2005), essa nova leitura nos ajuda a levantar importantes reflexões e questionamentos acerca dos comportamentos de dependência, como o uso de drogas, tabagismo e consumo de álcool, e sobre como esses comportamentos afetam o bem-estar. Nesse contexto, é importante ressaltar o trabalho desenvolvido por Levinson (2013).

Para Gruber e Mullainathan (2005 apud LEVINSON, 2013) as taxas sobre o cigarro tendem a melhorar as condições dos fumantes na medida em que os forçam a reduzir o seu consumo. Essa alegação, por sua vez, se contrasta à análise realizada pela teoria tradicional, que avalia a situação a partir do excedente do consumidor, que no caso de aumento das taxas, resulta em grandes perdas de peso morto e na redução do bem-estar dos consumidores tributados.

Na análise comportamental, fumar é considerado irracional e o vício é o principal elemento que explica a incapacidade de extinguir a prática dos fumantes. (LEVINSON, 2013). Tendo em vista a dificuldade em realizar essa análise a partir das ferramentas convencionais disponíveis, o autor (2013) esclarece que Gruber e Mullainathan, em vez disso, recorrem aos dados sobre felicidade:

They use the General Social Survey (GSS), which annually asks 1,500 to 2,000 U.S. respondents "would you say that you are very happy, pretty happy, or not too happy?" They show that in states that increased their cigarette excise taxes, smokers exhibited a corresponding increase in happiness, holding other respondent characteristics equal. (LEVINSON, 2013, p. 2).

O resultado dessa análise, que une a Economia Comportamental com a Felicidade é exatamente o oposto das considerações feitas pela economia padrão. Levinson (2013, p.2) esclarece que, segundo a teoria comportamental: “[...] smokers have time-inconsistent behavior and taxes substitute for self-control.”.

Acerca das duas leituras possíveis, Di Tella e MacCulloch (2006, p. 35) esclarecem:

[...] this behavioral effect is consistent with two models that have opposite welfare implications. In the Becker and Murphy (1988) “rational addiction” model, the welfare of smokers drops as cigarettes, which they enjoy, become more expensive. However, if smokers have self-control problems, then their preferences can be time-inconsistent in the sense of Laibson (1997) so that they always want to quit in the future, but never in the present.

Os mesmos autores (2006) complementam essa discussão argumentando que o imposto sobre o cigarro é capaz de aumentar o bem-estar na medida em que fornece um artifício capaz reduzir o consumo do bem, fazendo com que os fumantes ajam diferente do que agiriam em situações normais.

Essa relação entre preço e consumo, segundo os autores (2006), pode ser encontrada em vários estudos sobre o tema e é consistente com as duas abordagens apresentadas, embora apresentem considerações muito diferentes, conforme comentado.

Os estudos desenvolvidos por Gruber e Mullainathan, além de apresentados por Levinson (2013), também ganham destaque no texto de Di Tella e MacCulloch (2006). Acerca do trabalho desenvolvido em 2002, os autores (2006) esclarecem que Gruber e Mullainathan analisam os dados de felicidade de fumantes e não fumantes dos Estados Unidos e do Canadá em conjunto com as taxas sobre o cigarro dessas regiões.

Observou-se que:

Their paper finds that a 50-cent tax per pack of cigarettes would leave predicted smokers with the same level of happiness as those who are not predicted to smoke in the United States (the actual average real tax equals 31.6 cents per pack in 1999 values). (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006, p. 35-36).

Além disso, os autores (2006, p. 36) esclarecem:

They explain that it seems extremely unlikely that some form of measurement error in the happiness data can be driving their results, since the error would have to change in those states and years where cigarette taxes change and in such a way that it only affects the happiness gap between predicted smokers and nonsmokers.

Em suma, o comportamento identificado empiricamente a partir dos estudos em felicidade é inconsistente com o modelo de Becker e Murphy (1988), “rational addiction” – ou “dependência racional” em uma tradução livre. Ainda que seja importante ressaltar que alguns resultados podem variar a depender do grupo pesquisado. (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006, p. 36).

2.2. UMA NOVA ABORDAGEM QUE SE CONSOLIDA? *HABITUATION*, *PROJECTION BIAS* E A NATUREZA DA FELICIDADE

Embora essa nova maneira de avaliação proposta pela Economia da Felicidade, que consiste em um modelo de análise pautado nos dados sobre a felicidade das pessoas, seja promissora, alguns pontos importantes dentro dessa discussão devem ganhar destaque. O que busca-se neste momento, no entanto, é apenas esclarecer que a abordagem apresenta algumas fragilidades, relacionadas ao que os economistas da felicidade chamam de *habituation* e *projection bias* (LEVINSON, 2013, p. 14) – ou *habituação* e *viés de projeção*, em uma tradução livre.

O conceito de *Habituation*, relaciona-se com a ideia de que as pessoas se habituem com as circunstâncias, sobretudo pecuniárias. Essa discussão, no entanto, será retomada na quarta seção, já que, em nosso entendimento, se manifesta como fundamental para compreendermos com mais profundidade a relação empírica observada entre as variáveis *renda* e *felicidade*, uma das discussões mais importantes a que se propõe o presente estudo

Embora dissertar com minúcias os impactos e fragilidades dessa abordagem não seja exatamente o foco deste estudo, tendo em vista a importância da discussão proposta anteriormente, essa questão será abordada de forma geral. O objetivo, neste momento, também será apresentar essas

questões para entender, com mais detalhes, como os pesquisadores compreendem a natureza da felicidade. É nesse contexto que o trabalho desenvolvido por Levinson (2013) deve ganhar destaque.

Segundo o autor (2013), o processo de *Habituação* tem importantes reflexos para a questão quando avaliada pela abordagem da felicidade, pois uma vez que as pessoas tendem a se adaptar à renda e à compra dos bens privados, da mesma forma, faz sentido argumentar que também habitua - se aos bens públicos. Outros estudos na área fornecem evidências de que as pessoas se habitua inclusive a elementos como crime, corrupção e democracia. (LEVINSON, 2013).

Para compreender essa questão de forma mais completa, é importante entender que *Habituação* também remete a discussão acerca da natureza da felicidade. O foco dado por Levinson (2013), nesse contexto, está nas pesquisas sobre a variável. Enquanto algumas delas buscam dados acerca da felicidade momentânea e a distingue claramente da satisfação geral com a vida, outras podem apresentar perguntas ambíguas.

É importante dissertarmos acerca dessa diferença, pois, segundo o autor (2013), a felicidade momentânea das pessoas pode variar de acordo com mudanças triviais e eventos cotidianos – como dias ensolarados ou chuvosos, ou por encontrarem uma quantia em dinheiro no chão, por exemplo – ao passo que a satisfação com a vida como um todo, não deveria, em tese, ser afetada por essas mudanças.

Avaliar políticas públicas a partir da abordagem proposta pela Economia da Felicidade à luz da *Habituação* é uma dificuldade pois o processo de adaptação sugere, segundo o autor (2013), que a felicidade relatada pelas pessoas possa ser um indicador ruim para analisar a avaliação geral da vida em termos de longo prazo. No entanto, um questionamento importante deve ser feito: se a felicidade se comporta dessa maneira, por que, então, as pessoas relatariam uma satisfação menor com a vida em dias nublados, por exemplo?

Segundo Levinson (2013) existem muitas evidências de que as respostas sobre a satisfação geral da vida são significativamente influenciadas por circunstâncias ordinárias e transitórias. O clima, um dos fatores citados pelo autor quando discute alguns estudos sobre o tema, assim como eventos

passageiros, deveria apresentar impactos irrelevantes para as perguntas acerca da satisfação da vida, o que não é observado nos estudos, segundo o autor.

Portanto, segundo Levinson (2013):

So it seems as though temporary circumstances, even seemingly inconsequential ones, have significant effects on how people self-report their overall well-being. Transitory phenomena appear to affect people's assessment of permanent conditions. Today's level of a fluctuating public good may affect both momentary happiness and life satisfaction.

Essa discussão relaciona-se a outro conceito apresentado por Levinson (2013, p. 9), o de "*Projection Bias*" – ou Viés de Projeção, em uma tradução livre do termo. Em suma, o conceito de viés de projeção baseia-se na ideia de que "[...] People misestimate their future desires based on current circumstances", como comprar mais itens no supermercado quando estão com fome, por exemplo. (LEVINSON, 2013, p. 9)

O julgamento incorreto sobre o questionamento acerca da felicidade em alguns casos, que, segundo essa interpretação, pode ser resultado da influência do viés de projeção ou da confusão entre a felicidade momentânea e a satisfação geral da vida, tem implicações importantes na avaliação de bens públicos. (LEVINSON, 2013). Por conta dessas fragilidades muitos economistas veem essa nova abordagem com ceticismo.

De qualquer forma, é importante destacar que, segundo Graham (2005), ainda que existam essas fragilidades, a leitura feita pela Economia da Felicidade é pertinente para o contexto de políticas públicas.

A mesma autora (2005) esclarece que ainda não existe um consenso sobre qual abordagem é mais precisa, mas o uso dos dados sobre felicidade tem se mostrado uma importante ferramenta para fornecer *insights* acerca do bem-estar, conforme argumenta: "[...] there is nascent consensus that happiness surveys can serve as an important complementary tool for public policy [...]; (2005, p. 51).

Graham (2005, p. 51) ainda ressalta:

Scholars such as Diener and Seligman (2004) and Kahneman, Krueger, and colleagues (2004) advocate the creation of national well-being accounts to complement national income accounts.

Em uma visão pessimista, para Schwarz e Starck (1999, apud LEVINSON, 2013, p. 15), “What is being assessed, and how, seems too context dependent to provide reliable information about a population’s well-being, let alone information that can guide public policy”. É importante ressaltar, no entanto, que quando o autor refere-se à dependência do contexto nesse sentido, ele refere-se aos possíveis problemas que podem surgir frente à coleta dos dados sobre felicidade, relacionados ao *Habituation* e *Projection Bias*, como mencionado anteriormente. De qualquer forma, o autor (2013) destaca, que é importante lembrar que não é incomum que outros métodos de valoração dos bens públicos apresentem limitações e questões ainda não abordadas.

Em síntese, o uso dos dados de felicidade como uma alternativa – e complemento – para a avaliação de políticas públicas tem sido um movimento recente e contribuído significativamente para a introdução da Economia da Felicidade. No entanto, é importante reconhecer que, ao mesmo tempo, esse movimento também vem acompanhado de um novo conjunto de desafios, obstáculos e vieses. De qualquer forma, essas limitações devem ser confrontadas para que possamos aprender mais sobre essa nova abordagem, e, talvez um dia, igualá-la, em nível de importância, aos outros mecanismos de avaliação presentes na Ciência Econômica. (LEVINSON, 2013).

3. A RELAÇÃO EMPÍRICA OBSERVADA: O INÍCIO DA DISCUSSÃO

Além do *trade off* entre inflação e desemprego, tributação sobre o cigarro e avaliação de políticas públicas no geral, a partir dos dados sobre felicidade, dentro dos debates propostos pela Economia da Felicidade, também são trabalhadas outras questões de grande importância para economia. Uma discussão central levantada entre alguns estudos no tema busca relacionar o crescimento econômico com os dados de felicidade, de forma a apresentar diversas variáveis além da renda com significativo impacto sobre o objeto.

Muitos estudos buscam verificar se existem evidências de que os países que apresentam maior nível de renda são também os mais felizes, assim como se foi possível observar aumento da felicidade considerando o aumento da renda no longo prazo. Dentre esses estudos, um dos primeiros e mais conhecidos foi o realizado por Easterlin (1974).

Segundo Di Tella e MacCulloch (2006, p. 26) “Most utility functions assume that higher levels of current personal income lead to higher utility.”, no entanto, Easterlin observou que a elevação da renda média não refletiu em maiores níveis de felicidade. A relevância dessa discussão se dá principalmente ao considerar a interpretação oriunda da economia tradicional de que o crescimento do bem-estar de longo prazo pode ser avaliado, de forma geral, pelas variações na taxa de crescimento da produção. (EASTERLIN, 1974).

A magnitude do Produto Interno Bruto (PIB), do Produto Nacional Bruto (PNB) e o PIB *per capita* são importantes indicadores na avaliação do nível de atividade econômica, mas insuficientes para analisar outras questões, como distribuição de renda, por exemplo. Além disso, o PIB *per capita* e os indicadores convencionais de crescimento “[...] não captam] as condições concretas de vida da população em termos [...] de longevidade, condições sanitárias, saúde [...], nível educacional [e tecnológico]”. (DISCIPLINA INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA, [20--], não paginado). Esse ponto de vista é compartilhado por Graham (2005), que argumenta que concentrar-se única e exclusivamente em indicadores de avaliação de renda, pode resultar na perda de elementos-chave do bem-estar.

Segundo Easterlin (1974, p. 90):

Happiness is not confined, of, course, to economic well-being. Abramovitz noted that “since Pigou... economists have generally distinguished between social welfare at large, and the narrower concept of economic welfare” with national product...taken to be the objective, measurable counterpart of economic welfare [p. 3]”.

Para o autor (1974), se de um lado observa-se o aumento da preocupação com o crescimento econômico de longo prazo, por outro, é de se imaginar como continuar defendendo a ideia de sua importância se identificadas evidências sobre os sentimentos das pessoas e de outras questões que se demonstram importantes para esse contexto. Nesse sentido, este estudo buscará estudar com mais detalhes as principais considerações de seu estudo (1974).

O questionamento inicial levantado pelo autor baseia-se em compreender se pessoas com níveis de renda mais elevados são, de fato, mais felizes quando comparadas com os extratos mais pobres.

Em resumo, a questão norteadora é: “Does greater happiness go with higher income?” (EASTERLIN, 1974, p. 99) – ou seja, em uma tradução livre, será que o aumento da renda vem acompanhado de mais felicidade? A fim de respondê-la, Easterlin (1974) analisa, inicialmente, a população de um mesmo país em um dado momento do tempo. O autor utiliza os dados da população americana, obtidos a partir de uma pesquisa realizada em dezembro de 1970. Conforme pode-se observar

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR FELICIDADE E TAMANHO DA RENDA, NOS ESTADOS UNIDOS, DURANTE 1970 (TRADUÇÃO NOSSA)

Income (in \$1000)	(1) Very happy	(2) Fairly happy	(3) Not very happy	(4) No answer
All classes	43	48	6	3
15+	56	37	4	3
10-15	49	46	3	2
7-10	47	46	5	2
5-7	38	52	7	3
3-5	33	54	7	6
Under 3	29	55	13	3

FONTE: Easterlin (1974, p. 100).

Entre os grupos de renda mais baixos, pouco mais de um quarto relatam estar “muito felizes”. A maioria relata estar “razoavelmente feliz”, além de ser o grupo que apresenta o maior número de respondentes “não muito felizes”, enquanto nos extratos de renda mais elevada, o número de respondentes “muito felizes” é significativamente mais alto. Em suma, “[...]There is a clear indication here that income and happiness are positively associated.” (EASTERLIN, 1974, p. 99).

A fim de verificar a consistência desse resultado e fundamentar, com mais propriedade, a relação encontrada, o autor (1974) apresenta dados de mais 29 pesquisas, realizadas nos Estados Unidos entre 1946 e 1966 e em países da Ásia, África e América Latina. A seguir, seguem apenas uns dos quadros apresentados pelo autor:

FIGURA 3 - CLASSIFICAÇÃO DA FELICIDADE PESSOAL NOS GRUPOS DE STATUS MAIS BAIXO E MAIS ALTO, EM TREZE PAÍSES. (TRADUÇÃO NOSSA)

Country	(1) Date	(2) Number of groups	(3) Lowest status group		(5) Highest status group		(7) Difference, high minus low [(6)-(4)]	(8) N
			Designation	Rating	Designation	Rating		
United States	Aug. 1959	5	Lower economic	6.0	Upper economic	7.1	1.1	1549
Cuba	Apr.-May 1960	3	Lower socioeconomic	6.2	High, upper middle socioeconomic	6.7	0.5	992
Israel	Nov. 1961-June 1962	3	Lower income	4.0	Upper income	6.5	2.5	1170
West Germany	Sept. 1957	3	Lower economic	4.9	Upper economic	6.2	1.3	480
Japan	Fall 1962	3	Lower, middle lower socioeconomic	4.3	Upper, upper middle socioeconomic	5.8	1.5	972
Yugoslavia	Spring 1962	4	Lower, farmer	4.3	Upper, nonfarmer	6.0	1.7	1523
Philippines	Spring 1959	4	Lower economic	4.1	Upper economic	6.2	2.1	500
Panama	Jan.-Mar. 1962	2	Lower socioeconomic	4.3	Upper socioeconomic	6.0	1.7	642
Nigeria	Sept. 1962-spring 1963	2	Lower socioeconomic	4.7	Upper socioeconomic	5.8	1.1	1200
Brazil	Late 1960-early 1961	5	Lower socioeconomic	3.9	Upper socioeconomic	7.3	3.4	2168
Poland	Spring 1962	5	Unskilled	3.7	White-collar	4.9	1.2	1464
India	Summer 1962	4	Income < R75	3.0	Income > R301	4.9	1.9	2366
Dominican Republic	Apr. 1962	2	Lower socioeconomic	1.4	Upper socioeconomic	4.3	2.9	814
Average				4.2		6.0	1.8	

FONTE: Easterlin (1974, p. 100).

Em suma, ainda que, entre as pesquisas, existam algumas diferenças metodológicas, os resultados encontrados corroboram com a relação já identificada: os grupos pertencentes a faixas de nível de renda mais elevada, reportavam mais níveis de felicidade, na média, do que aqueles pertencentes às faixas de nível renda mais baixos. Segundo o autor (1974), conclusões similares podem ser encontradas nos trabalhos de Inkeles (1960), Bradburn (1969), Robinson e Shaver (1969), Wilson (1967) e Gurin et al (1960).

Além disso, é importante ressaltar que a felicidade, entre os estudos, também foi relacionada à saúde mental, gênero, idade, escolaridade, estado civil, situação empregatícia e segurança financeira. Embora alguns também busquem a relação que se desdobra da felicidade para a renda, o presente trabalho entende a relação a partir da interpretação de Easterlin (1974, p, 104): “[...] I am inclined to interpret the data as primarily showing a causal connection running from income to happiness.”.

Ao passo que se reconhece a importância de estudar essa relação, num determinado espaço e momento do tempo, também é necessário analisá-la a partir da comparação entre os países, ou seja, “[...] Are richer countries happier countries?” (EASTERLIN, 1974, p. 104). Vejamos o que foi observado por Easterlin a partir dos dados de Cantril.

A figura a seguir apresenta a felicidade média juntamente com os dados do PNB *per capita* de cada um dos países do estudo de Cantril. Segundo Easterlin (1974) uma relação positiva entre renda e felicidade é descrita na própria leitura do autor.

FIGURA 4 - CLASSIFICAÇÃO DE FELICIDADE PESSOAL E PIB REAL PER CAPITA PARA QUATORZE PAÍSES (TRADUÇÃO NOSSA)

Country	Period of survey	(1) Rating of personal happiness (min: 0; max: 10)	(2) Real GNP per head 1961 (\$U.S.)
United States	Aug. 1959	6.6	2790
Cuba	Apr.-May 1960	6.4	516
Egypt	Fall 1960	5.5	225
Israel	Nov. 1961-June 1962	5.3	1027
West Germany	Sept. 1957	5.3	1860
Japan	Fall 1962	5.2	613
Yugoslavia	Spring 1962	5.0	489
Philippines	Spring 1959	4.9	282
Panama	Jan. -Mar. 1962	4.8	371
Nigeria	Sept. 1962-spring 1963	4.8	134
Brazil	Late 1960-early 1961	4.6	375
Poland	Spring 1962	4.4	702
India	Summer 1962	3.7	140
Dominican Republic	Apr. 1962	1.6	313
Average		5.0	

FONTE: Easterlin (1974, p. 105).

No entanto, ao relacionar esses dados com os cinco estágios de crescimento de Rostow, como uma forma de “[...] to describe the phases of emotional well-being through which a country passes in the course of economic development [...]” (EASTERLIN, 1974, p. 104), observou-se que os países não podem ser encaixados dentro de tal classificação. Em resumo, observou-se:

[...] that people in some cultures or subcultures may seem to qualify for placement in this fifth [highest] stage of "satisfaction and gratification" who have not gone through earlier stages of development but appear to outside observers to be stuck at relatively primitive levels. (CANTRIL, 1965, p. 310 apud EASTERLIN, 1974, p. 104).

Ou seja, segundo Easterlin (1974) tal associação entre riqueza e felicidade não é tão clara quanto no caso anterior. Para dar mais força ao argumento, o autor (1974) apresenta o diagrama a seguir.

Figura 5 -DIAGRAMA DA CLASSIFICAÇÃO DE FELICIDADE PESSOAL E PIB REAL PER CAPITA PARA QUATORZE PAÍSES)

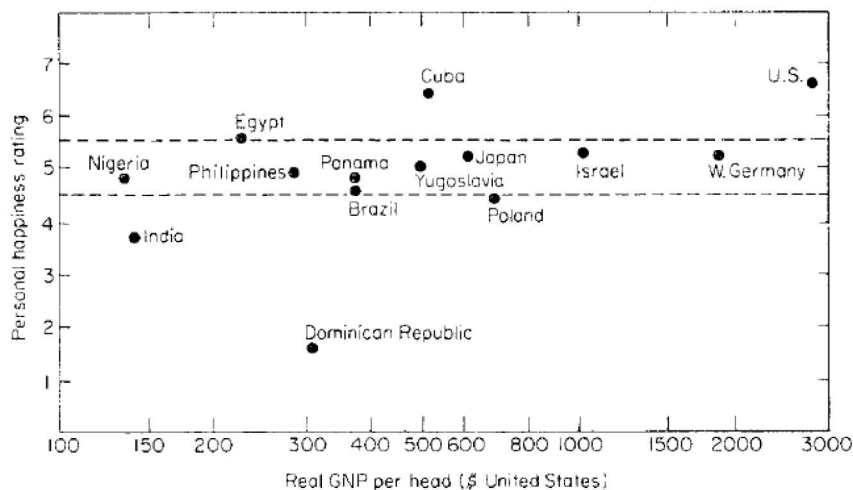


FIG. 1. Personal happiness rating and GNP per head, 14 countries, ca. 1960. (Source: Table 6.)

FONTE: Easterlin (1974, p. 106).

Considerando que Cuba e República Dominicana traduzem as circunstâncias políticas incomuns da época, o ponto a ser destacado é que 10 dos 14 países do estudo se encontram dentro de um intervalo médio, representado pelas linhas horizontais pontilhadas no diagrama. Para esses países não há, segundo Easterlin (1974, p. 106-107), uma associação clara entre renda e felicidade: “[...] The happiness differences between rich and poor countries that one might expect on the basis of the within-country differences by economics status are not borne out by the international data.”

Em síntese, ainda que tal afirmação seja verdadeira quando se compara a felicidade entre os países de níveis de renda diferentes, essas

considerações se contrastam com o que foi observado nas comparações dentro de um mesmo país, trabalhadas anteriormente e demonstradas nas figuras 2, 3, 4 e 5. Nesse contexto, as diferenças culturais exercem um papel importante? Na próxima seção vamos explorar com mais profundidade como a heterogeneidade cultural pode explicar essas diferenças.

Antes de trabalhar essa questão, no entanto, é importante apresentar ainda mais detalhes do estudo de Easterlin (1974), que toma como terceira questão norteadora o seguinte questionamento: “Will raising the incomes of all increase the happiness of all...?” (INKELES, 1960, p. 18 apud EASTERLIN, 1974, p. 108).

Segundo Easterlin (1974), ainda que, na época, fosse difícil conseguir uma série temporal para análise, seja pela escassez, seja pelas diferenças nas perguntas para coleta dos dados de felicidade, foi possível realizar a comparação para os Estados Unidos no período de 1946 a 1970, a partir dos dados das pesquisas de AIPO, NORC e de Cantril.

FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR FELICIDADE NOS ESTADOS UNIDOS, ENTRE 1946 – 1970 (TRADUÇÃO NOSSA)

<i>A. AIPO Polls</i>					
Date	Very happy	Fairly happy	Not very happy	Other	N
Apr. 1946	39	50	10	1	3151
Dec. 1947	42	47	10	1	1434
Aug. 1948	43	43	11	2	1596
Nov. 1952	47	43	9	1	3003
Sept. 1956	53	41	5	1	1979
Sept. 1956	52	42	5	1	2207
Mar. 1957	53	43	3	1	1627
July 1963	47	48	5 ^b	1	3668
Oct. 1966	49	46	4 ^b	2	3531
Dec. 1970	43	48	6 ^b	3	1517

<i>B. NORC Polls</i>				
Date	Very happy	Pretty happy	Not too happy	N
Spring 1957	35	54	11	2460
Dec. 1963	32	51	16	1501
June 1965	30	53	17	1469

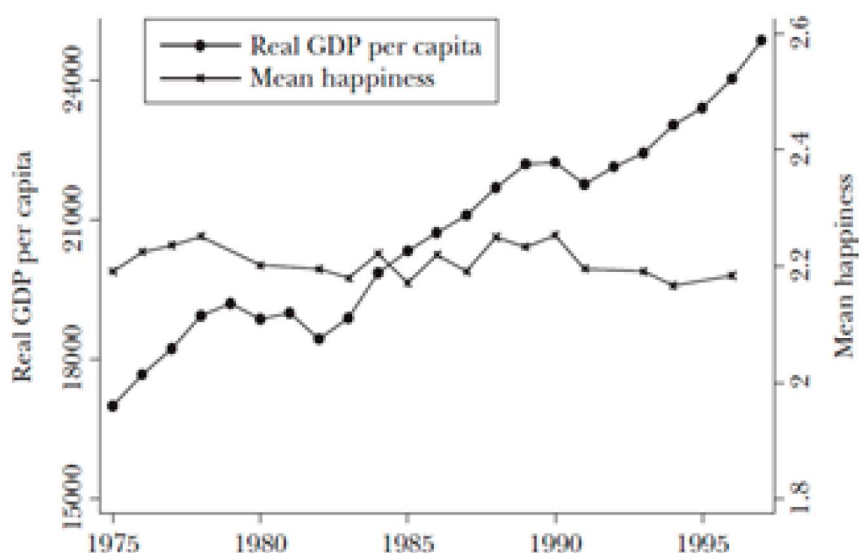
FONTE: Easterlin (1974, p. 111).

Ao considerar os dados sobre felicidade para o período estudado, em síntese, o autor constatou que há pouca evidência de qualquer tendência positiva ou negativa entre as variáveis. Ainda que Easterlin (1974) argumente

que deve-se ser cauteloso ao tirar conclusões sobre a série temporal apresentada, esclarece que “[...] it seems safe to say that if income and happiness go together, it is not as obvious as in the within-country cross-sectional comparisons”. (EASTERLIN, 1974, p. 111).

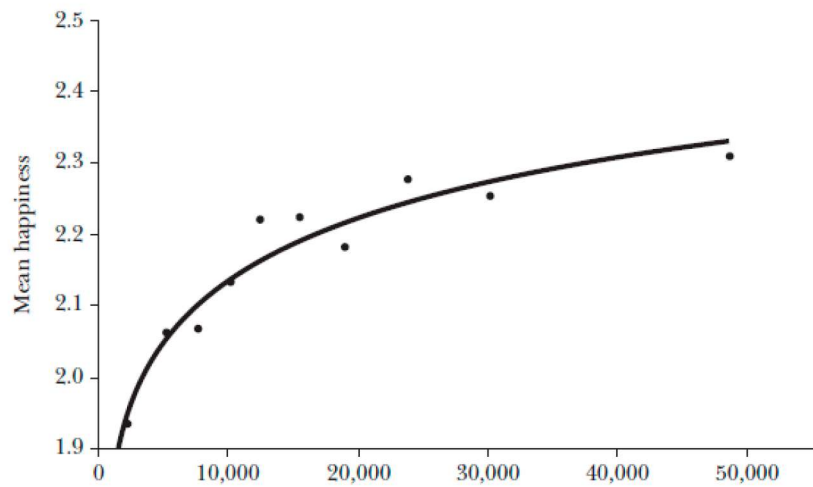
Essa afirmação é corroborada por Di Tella e MacCulloch (2006), que apresentam mais alguns dados. Na figura 7 a seguir, os autores (2006) relacionam as respostas médias de felicidade – a partir de três categorias atribuídas aos números 1, 2 e 3 – com o PIB per capita, no período de 1975 a 1997, de diferentes americanos.

FIGURA 7 - FELICIDADE MÉDIA E PIB REAL PER CAPITA ENTRE 1975 E 1997 PARA REPETIDAS AMOSTRAS DE DIFERENTES AMERICANOS (TRADUÇÃO NOSSA)



FONTE: Di Tella e MacCulloch (2006, p. 27).

FIGURA 8 - FELICIDADE MÉDIA E RENDA FAMILIAR REAL PARA UMA AMOSTRA DE AMERICANOS, EM 1994 (TRADUÇÃO NOSSA)



FONTE: Di Tella e MacCulloch (2006, p. 27).

A Figura 8, por sua vez, apresenta uma relação entre a felicidade média e renda familiar real de americanos durante o ano de 1994. Segundo os autores (2006, p. 26) “A similar pattern has been observed in a large number of countries, including France, the United Kingdom, Germany and Japan, and for different periods of time [...]”, além disso, no caso do Japão, entre 1958 e 1987, a renda aumentou cinco vezes mais, enquanto a felicidade permaneceu estacionária. É importante ressaltar, no entanto, que, segundo os mesmos autores, ainda que a felicidade possa apresentar diferenças no comportamento a depender do grupo étnico pesquisado, esses apontamentos nos instigam sobre como a renda deve ser analisada em uma função utilidade, maneira típica de análise da teoria padrão.

Todas as questões apresentadas até o momento trazem reflexões importantes acerca da relação entre felicidade e renda. O que foi apresentado até agora, no entanto, não busca estabelecer uma relação teórica entre as variáveis. Segundo a literatura, o que está por trás dessa relação?

Na próxima seção, busca-se explorar essa questão com mais profundidade, de forma a evidenciar os fatores que explicam esse movimento. Nesse sentido, identificar outros elementos além da renda que demandam mais atenção para que se possa compreender o objeto de forma mais completa, se mostra como um processo de grande importância.

4. CULTURA E FELICIDADE

4.1. A INTERPRETAÇÃO

A seção anterior buscou apresentar informações importantes no que se refere ao debate entre renda e felicidade, uma discussão central entre os estudos no tema. A partir do trabalho desenvolvido por Easterlin (1974), buscou-se apresentar as principais considerações acerca da relação empírica observada pelo autor e que foi o início de maiores possibilidades de pesquisa que explorassem a relação entre as duas variáveis.

Ainda que este trabalho tenha apresentado essas questões, no entanto, cabe dissertar acerca da explicação teórica por trás dessa relação e levantada pelos pesquisadores de felicidade. Tendo isso em vista, o principal objetivo da presente seção será de apresentar e discutir os elementos que auxiliam na interpretação da relação empírica apresentada por Easterlin (1974).

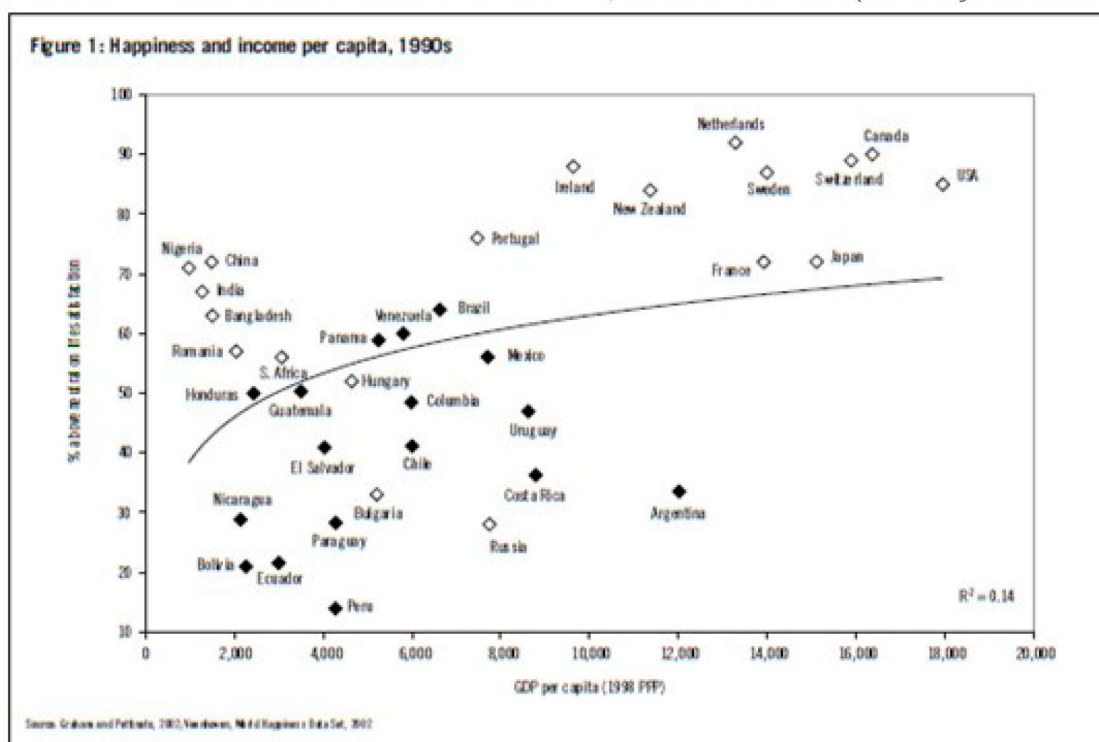
O pioneirismo de Easterlin em abordar a questão e relacionar os dados de renda e felicidade de tal maneira, resultou em um termo muito difundido na literatura conhecido como “*The Easterlin Paradox*” (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006, p. 33; GRAHAM, 2005, p. 45; LEVINSON, 2013, p. 7) – ou *O Paradoxo de Easterlin*, em uma tradução livre. Segundo Graham (2005) a revelação do paradoxo despertou maior interesse dos pesquisadores na questão.

O Paradoxo de Easterlin consiste na relação encontrada e já mencionada anteriormente, a qual identifica que ao passo que dentro de um determinado país e em um dado momento do tempo, pessoas ricas relatam maior nível de felicidade, em média, que pessoas pobres – o que configura uma relação positiva entre as variáveis renda e felicidade –, ao analisar a felicidade de países de renda mais elevada com a de países mais pobres, assim como seu comportamento ao longo do tempo, há pouca relação – ou até mesmo nenhuma – entre renda e felicidade. (EASTERLIN, 1974; GRAHAM, 2005). O paradoxo é trabalhado por Graham (2005), Levinson (2013) e outros autores que trazem elementos importantes para a análise. Di Tella e MacCulloch (2006), especificamente, enfatizam a importância de outros aspectos além da renda como saúde, aspectos ambientais e lazer.

Segundo Graham (2005), dentro dos países, ainda que a privação e a pobreza sejam fatores ruins e a renda se mostre como uma variável importante para a felicidade, depois que as necessidades básicas são atendidas, outras questões, como desejos materiais cada vez maiores, diferenças na renda relativa e segurança financeira, se tornam cada vez mais importantes. Nas palavras da autora, os desejos materiais crescentes são descritos como “[...] aspirations”. (p. 47b).

A autora (2005) apresenta alguns dados mais recentes que devem ganhar destaque. De certa forma, esses dados corroboram com a relação encontrada por Easterlin (1974). Vejamos:

FIGURA 9 - FELICIDADE E RENDA PER CAPITA, DÉCADA DE 1990 (TRADUÇÃO NOSSA)



FONTE: Graham (2005, p. 46)

Segundo a autora (2005, p. 45, grifo nosso) “On average, wealthier countries (as a group) are happier than poor ones (as a group); **happiness seems to rise with income up to a point, but not beyond it.**” Além disso, Graham (2005) argumenta que, principalmente no que se refere aos países mais pobres, os dados não só não demonstram uma relação clara entre renda e felicidade como sugerem que existem outras questões importantes nesse

contexto, como questões culturais, por exemplo e que devem ser contempladas na análise. (GRAHAM, 2005).

Tendo isso em vista, um dos primeiros conceitos apresentados por Easterlin (1974) é o de “*Duesenberry’s relative income*” – ou renda relativa de Duesenberry, em uma tradução livre. O modelo Duesenberry considera que o consumo exerce uma determinada influência sobre o nível de felicidade do indivíduo. A partir disso, o conceito de renda relativa se baseia na ideia de que a felicidade será influenciada pela proporção de suas despesas atuais com a de outras pessoas, ou seja, a razão entre suas despesas e as de membros do seu contexto, comunidade, ou até da média nacional, em uma análise mais ampla, exercerá influência sobre a felicidade do indivíduo. (EASTERLIN, 1974).

Graham (2005) complementa essa discussão e esclarece que antes que a Economia da Felicidade se estabelecesse:

James Duesenberry noted the role of changing aspirations on income satisfaction, and its potential effects on consumption and savings rates (Duesenberry, 1949). Any number of happiness studies has since confirmed the effects of rising aspirations, and have also noted their potential role in driving excessive consumption and other perverse economic behaviors. (GRAHAM, 2005, p. 47)

Di Tella e MacCulloch (2006), argumentam que a percepção de que a felicidade das pessoas é influenciada pela sua renda em relação a dos outros é apresentada em alguns modelos e estudos mais atuais, como de Frank (1997), Clark e Oswald (1998), Blanchflower e Oswald (2004), por exemplo.

Para melhor compreensão da teoria é necessário, no entanto, dissertar acerca de outro conceito importante para a discussão, o que Easterlin (1974, p.112) denominou de “*reference groups*” ou “*peer group*” – grupos de referência ou grupos de pares. Em síntese, o autor (1974) argumenta que o padrão de referência adotado pelo indivíduo não é, em mesmo peso, com base em todos os outros e que, nesse sentido, a influência dos grupos de referência, próximos a ele, exercem um papel fundamental para a formação do padrão de consumo comparativo:

Thus, the reference standard of a rich man probably gives disproportionate weight to the consumption of his well-to-do associates vis-à-vis persons living in poverty, and conversely for the reference standard of the poor man. (EASTERLIN, 1974, p. 112).

De qualquer forma, o autor (1974) esclarece que ainda com a influência maior dos grupos de pares, existe uma norma, um padrão de consumo que faz parte da referência de praticamente todos os membros para uma mesma sociedade e cultura em um dado momento do tempo, já que compartilham de experiências e características semelhantes daquele contexto: “[...] while the goods aspirations of higher status people probably exceed those of lower status people, the dispersion in reference norms is less than in the actual incomes of rich and poor.”. (EASTERLIN, 1974, p. 118-119) essa interpretação também explica o porquê pessoas mais pobres relatam menor nível de felicidade em um dado momento.

Em síntese, esse ponto de referência fornece uma base comum para que as pessoas façam a autoavaliação de bem-estar, estando acima ou abaixo da norma, do padrão de consumo de bens que dita o que é preciso para ser feliz. É a partir desse entendimento, portanto, que, com o crescimento da renda ao longo do tempo, o padrão de consumo se atualiza, se redefine frente à nova realidade. Dessa forma, sendo a referência de consumo do indivíduo a situação no contexto atual, o aumento geral na renda resultaria em um novo contexto e, naturalmente, em um novo ponto de referência, de forma que não apresentaria impactos sobre o nível de felicidade, ou seja, a norma social avança ao passo que condições econômicas mudam, pois também configuram uma mudança no processo de socialização econômica dos indivíduos. Easterlin (1974, p. 112) ressalta:

An increase in the income of any one individual would increase his happiness, but increasing the income of everyone would leave happiness unchanged. Similarly, among countries, a richer country would not necessarily be a happier country.

Essa interpretação vale não apenas frente ao novo contexto fruto do decorrer do tempo e do aumento da renda, como também como resultado de um recorte territorial e cultural, que apresenta um conjunto de elementos próprios. Easterlin (1974) ainda apresenta alguns dados acerca dos “desejos materiais” de alguns grupos de indianos e americanos. O objetivo foi de identificar como as normas de consumo variam diretamente com o nível de desenvolvimento econômico, já que, segundo o autor (1974), a concepção de

que as atitudes e preferências do indivíduo são resultados da sua experiência de socialização - anterior ou contínua -, como já mencionado, é uma ideia que parece ser bem aceita por cientistas sociais e economistas. Dessa forma, os desejos materiais são influenciados por aspectos sociais importantes e imprescindíveis para a análise.

Segundo o autor (1974, p.115-116):

In a comprehensive survey of long-term trends in American consumption Brady has pointed out that "today, the great majority of American families live on a scale that compares well with the way *wealthy* families lived 200 years ago" [cf. Davis et al., 1972, p. 84, italics added]¹. But, as the above statements show, the typical American today does not consider himself wealthy. His consumption standards are not those of his colonial predecessors; rather they are formed by his personal experience with the human condition as evidenced in contemporary America.

O aumento da renda, portanto, reflete em novas experiências de socialização ao passo que são incorporadas pela nova geração, o que provoca, segundo o autor, um nível mais elevado de padrão de consumo e, naturalmente, uma nova referência base. Não obstante, "Even within the life cycle of a given generation, the progressive accretion of household goods due to economic growth causes a continuous upward pressure on consumption norms.". (EASTERLIN, 1974, p. 116). Esse crescimento, segundo o autor, tende a compensar o efeito positivo do aumento da renda para o bem-estar na medida em que esses ganhos ampliam as possibilidades de consumo e faz com que a renda não seja suficiente para atender às necessidades desse novo contexto, o que evidencia a importância da renda relativa para a compreensão do que foi observado, ainda que, segundo o autor (1974):

The present results do not necessarily imply that a redirection of attention is needed from economic growth to income redistribution as a vehicle for improving welfare. The data themselves give no indication that international differences in happiness are systematically related to inequality.

Algumas evidências são apresentadas por Di Tella e MacCulloch (2006), como o trabalho de Luttmer (2004), Frederick e Loewenstein (1999),

¹ DAVIS, L. E.; EASTERLIN, R. A.; PARKER, W. N., (eds). *American economic growth: An economist's history of the United States*. New York: Harper, 1972.

Oswald e Powdthavee (2005), Riis, Loewenstein, Baron e Jepson (2005), Rayo e Becker (2004) e Di Tella, MacCulloch e Oswald (2003). Os autores (2006) também mencionam o trabalho de Easterlin (2004) que apresenta, a partir de dados mais recentes, evidências de que as pessoas tendem a se adaptar completamente à renda, mas não a eventos da vida.

É nesse contexto que é importante destacar o estudo desenvolvido por Graham (2005), pois nos fornece importantes informações acerca do processo de globalização, que, junto à revolução tecnológica e o aumento generalizado da informação global, se mostram como elementos importantes para fazer análises mais profundas e atuais acerca desse debate.

A autora (2005) argumenta que os desejos materiais estão aumentando na medida em que as pessoas estão sendo cada vez mais expostas às novas oportunidades de consumo, sobretudo frente aos elementos citados no parágrafo anterior. Nesse sentido, os estudos sobre felicidade ajudam a entender como esse processo pode afetar o bem-estar. (GRAHAM, 2005).

Em suma, segundo Graham (2005), esses processos, principalmente no caso da globalização, aumentam o fluxo de informações sobre o padrão de vida para além das fronteiras, promovendo novas normas de referência comparativas ao passo que as oportunidades concretas de consumo são limitadas às condições locais, o que conseqüentemente gera maior frustração com as diferenças relativas de consumo e renda, ainda que ela esteja aumentando. Graham (2005), apresenta alguns estudos que subsidiam essas considerações. Para a autora (2005, p.50):

It also includes increased volatility and insecurity for many cohorts, particularly those that are not the best positioned to take advantage of new opportunities created by the opening of trade and capital markets. This insecurity, not surprisingly, contributes to negative perceptions of the globalization process, particularly in countries where there are very weak social insurance systems or where existing systems are eroding.

Segundo Levinson (2013), a interpretação de que a felicidade responde à renda relativa, no entanto, é uma das possíveis interpretações, que também conversa com uma das duas descritas por Graham (2005). Segundo a autora (2005, p. 47), o Paradoxo de Easterlin pode ser entendido, por um lado, como

uma “[...] *hedonic treadmill*” – ou esteira *hedônica* em uma tradução livre –, já que os desejos materiais aumentam na medida em que a renda se eleva, revelando que a renda relativa, e não mais a absoluta, se torna uma variável importante para a felicidade na medida em que esse processo avança.

Por outro lado, Levinson (2013) apresenta outro conceito importante para a discussão: o de “*Habituation*” (LEVINSON, 2013, p. 7), ou *Habituação*. O conceito de *Habituation*, conforme já comentado na segunda seção do presente estudo, relaciona-se com a ideia de que as pessoas se habituem com as circunstâncias, de forma que na medida adquirem bens, se acostumam, se habituem a esse novo contexto, às novas condições materiais da realidade atual, o que não nos deixa mais felizes (LEVINSON, 2013). A apresentação do conceito por Levinson (2013), é uma segunda interpretação do Paradoxo de Easterlin e, portanto, não contrapõe a relação entre renda e felicidade encontrada pelo autor na época.

Uma ideia parecida é apresentada por Di Tella e MacCulloch (2006), que argumentam que o paradoxo tem duas explicações possíveis: a análise a partir da renda relativa e a de que a felicidade tende a se adaptar às mudanças de renda.

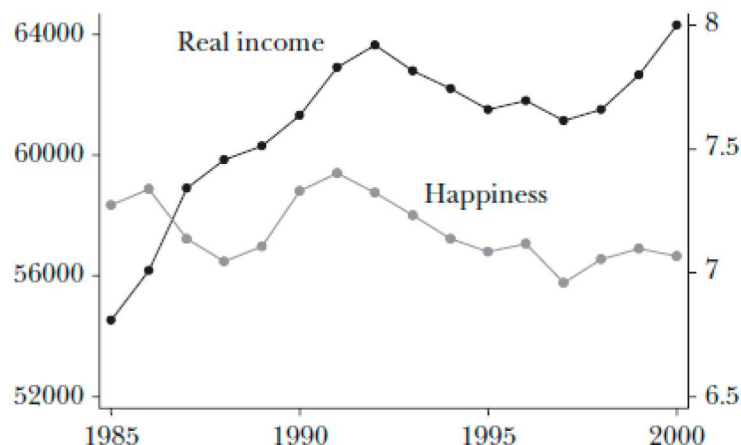
O conceito de *Habituation* descrito por Levinson (2013) está muito relacionado com a segunda ideia apresentada por Graham (2005) de que o paradoxo pode ser entendido a partir da teoria da felicidade dos psicólogos, “[...] ‘set point’ theory of happiness” – ou Teoria do “Ponto Fixo” da Felicidade, em uma tradução livre –, que considera que os indivíduos tem um nível de felicidade médio e que mesmo após grandes eventos, a felicidade tende a retornar para o nível médio. No entanto, segundo a autora (2005 p. 47-48) “Easterlin argues that individuals adapt more in the pecuniary arena than in the non-pecuniary arena, while life changing events, such as bereavement, have lasting effects on happiness”.

Para complementar ainda mais a discussão trazendo algumas questões mais atuais, Di Tella e MacCulloch (2006) argumentam que além dos dados dos Estados Unidos, o Paradoxo de Easterlin pode ser observado analisando os dados de felicidade da Alemanha, entre 1985 e 2000.

Os autores concluem que ainda que as evidências não sejam suficientemente conclusivas, parece não haver razões para acreditar que os

respondentes do presente sejam significativamente mais felizes que os respondentes de décadas anteriores, respondendo ao questionário de forma semelhante. (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006, p. 32). Vejamos a Figura 10:

FIGURA 10 - FELICIDADE MÉDIA E RENDA ANUAL REAL PER CAPITA ENTRE 1985 E 2000 PARA O MESMO GRUPO DE 8.649 INDIVÍDUOS RESIDENTES NA ALEMANHA OCIDENTAL



FONTE: Di Tella e MacCulloch (2006, p. 27).

Segundo os autores (2006), embora a variável renda apresente uma tendência positiva e a felicidade média, negativa, ambas, quando analisadas juntas, apresentam uma correlação positiva, de movimento conjunto. A adaptação à renda, que naturalmente, redefine os desejos materiais, segundo os autores, por vezes, é denominado de “preference drift” – ou *desvio de preferência*, em uma tradução livre. (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006, p. 34).

Em síntese, Di Tella e MacCulloch (2006) argumentam que a evidência geral, é que a felicidade não é apenas uma função da renda, conforme o modelo padrão, mas que se adapta às flutuações da mesma. Ademais, para os autores (2006, p. 35), “[...] happiness also comes from relative levels of income”.

Portanto, segundo os estudos em Economia da Felicidade, embora questões econômicas sejam importantes para as pessoas, existem diversos outros aspectos que devem ser considerados na análise do que torna as pessoas felizes (EASTERLIN, 1974). Di Tella e MacCulloch (2006) argumentam que uma possibilidade é estudar o papel das variáveis omitidas, já que as pessoas se preocupam com aspectos como saúde, lazer e meio

ambiente. Nesse sentido, entender a relação dessas variáveis com a renda é importante na medida em que, na hipótese de apresentarem uma relação negativa entre si, um nível de renda crescente pode sim acompanhar um nível imutável de felicidade:

This insight is related to the idea, sometimes observed in policy circles, of replacing GDP per capita in favor of broader measures of welfare, such as environmentally adjusted GDP or the Human Development Index from the United Nations Development Program. (DI TELLA; MACCULLOCH, 2006, p. 32).

Estudar o papel das variáveis omitidas, no entanto, para Di Tella e MacCulloch (2006), pode vir a aprofundar o paradoxo ao inserir essas variáveis na função utilidade, o que tende a ser uma maneira errada de tentar explicar o porquê dos níveis tão baixos de felicidade, mesmo com o aumento da renda. Tendo isso em vista, observar o comportamento da felicidade ao longo do tempo nos dá indícios de sua complexidade.

Essas reflexões se tornam fundamentais para a economia uma vez que os bens materiais constituem uma parte importante das preocupações humanas e, portanto, construir um modelo de análise que contemple os desejos materiais e as consequências políticas das expectativas não alcançadas, sobretudo dentro de um situação de crescimento (EASTERLIN 1974), se mostra como um processo de grande importância. É nesse contexto que Easterlin (1974) evidencia a necessidade de novos estudos sobre o tema, sobretudo que contemplem também questões como as preferências e desejos materiais.

Entender a natureza, as forças sociais e os elementos que influenciam a felicidade das pessoas se mostra como uma questão relevante na medida em que se reconhece a importância da própria variável. (EASTERLIN, 1974). Entender essas questões com mais profundidade e levantar mais questionamentos sobre o assunto evocam, de certa forma, a discussão se a sociedade, um dia, chegará a um estado de saciedade após o período de grande crescimento. O que Easterlin sinaliza desde 1974, no entanto, é que a cada geração, teremos um catálogo único de maravilhas, de desejos, que, se atendidos, nos fariam felizes até um novo padrão ser determinado. (EASTERLIN, 1974).

4.2. FELICIDADE E ASPECTOS CULTURAIS: A PERCEPÇÃO DE MOBILIDADE DE RENDA E *SET POINT THEORY OF HAPPINESS*

A questão cultural nos estudos em Economia da Felicidade não envolve apenas os elementos citados na primeira parte desta seção. Os aspectos culturais permeiam os estudos na área e se mostram como variáveis importantes ao analisar a relação entre renda e felicidade. Um elemento importante, nesse contexto, é a percepção da mobilidade de renda, trabalhada por Graham (2005) e Di Tella e McChulloch (2006).

Segundo Graham (2005), as pesquisas sobre felicidade foram desenvolvidas a partir de uma série de perguntas, entre elas, além do debate entre renda e felicidade mencionado na primeira parte desta seção, que, naturalmente, está relacionado a questões de riqueza e pobreza, alguns estudos também buscam analisar o impacto da desigualdade de renda para a felicidade das pessoas.

A autora (2005) esclarece que os resultados das pesquisas que buscam investigar a relação entre essas variáveis diferem entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Para os Estados Unidos e Europa, por exemplo, o grau de desigualdade apresenta efeitos praticamente insignificantes para a felicidade, enquanto pesquisas que envolvem países da América Latina demonstram que a desigualdade tem efeitos negativos para o bem-estar de grupos mais pobres e positivos para pessoas mais ricas. (GRAHAM, 2005)

Esses resultados, segundo a autora (2005), refletem as diferentes percepções sobre a questão: enquanto em um lugar a desigualdade de renda pode ser vista como um sinal de oportunidade e mobilidade futura, em outro pode ser interpretada como um sinal de injustiça: "In a region where inequality is much higher and where public institutions and labor markets are notoriously inefficient, inequality signals persistent disadvantage or advantage, rather than opportunity and mobility.". (GRAHAM, 2005, p. 49). Nesse sentido, é importante ressaltar que as pesquisas em Economia da Felicidade também facilitam a mensuração e dão subsídios para a melhor compreensão do efeito da desigualdade de outros elementos como gênero, raça e *status*, e que, embora

não sejam o escopo do presente estudo, devem ser mencionados considerando a relevância para o estudo do tema. (GRAHAM, 2005).

As pesquisas sobre a desigualdade promovem maior profundidade na compreensão da pobreza. (GRAHAM, 2005). Ao fazer uma leitura à luz da *Set Point Theory of Happiness*, que compartilha, na leitura deste trabalho, de uma interpretação similar ao *Habituation* de Levinson (2013), descritas no início desta seção, a teoria sugere que mesmo pessoas mais pobres e carentes possam ser muito felizes, ainda que essa afirmação contradiga a leitura de que pessoas pobres são menos felizes que pessoas ricas nos países (GRAHAM, 2005). Essa interpretação é coerente na medida em que sugere que a adaptação à realidade de renda fornece uma referência cultural condizente com contexto, um desdobramento próximo à interpretação sob a ótica da renda relativa. É nesse sentido, portanto, que, segundo Graham (2005 p. 49) “[...] What is perceived to be poverty in one context may not be in another.”.

A autora (2005) ainda completa:

Happiness research also shows that the same psychological factors that affect subjective evaluations of well-being also explain individuals' ability to adapt to tremendous adversity and/or negative shocks and often even to return to previous levels of happiness.

Tanto com base na interpretação do *Set Point Theory of Happiness*, como também na que pondera o efeito da renda relativa para a felicidade do indivíduo, este estudo entende que essas leituras ao menos trazem importantes reflexões sobre como os aspectos culturais, sociais, psicológicos, históricos e institucionais estão atrelados à felicidade das pessoas ao analisar as variações da renda. Aspectos os quais não podem ser desconsiderados. Além disso, segundo Graham (2005), os dados sobre a renda não traduzem alguns elementos com consideráveis efeitos para o bem-estar e que podem ser observados a partir dos dados sobre felicidade, como a insegurança financeira frente ao risco de retornar a uma situação de pobreza.

O processo de adaptação da nova realidade, tanto no que diz respeito às mudanças que naturalmente ocorrem junto ao progresso e desenvolvimento econômico – como no padrão de consumo, por exemplo –, quanto para

eventos negativos, segundo Graham (2005) é influenciado pela percepção de justiça e normas de equidade

Segundo a autora (2005, p. 50):

This helps to explain why there is often unexpected social stability in very poor societies, and at the same time unexpected outbreaks of violence and social unrest in societies where there is a great deal of economic progress—but differential rewards to different cohorts.

Portanto, em contextos onde há a percepção de mobilidade ascendente, a tolerância à desigualdade parece ser mais aceitável, ainda que a hipótese não seja, de fato, real ou que seja de difícil concretização. Naqueles que acreditam que a mobilidade seja uma possibilidade improvável, no entanto, a desigualdade apresenta maior chance de causar frustração e inquietação social do que a própria pobreza persistente. (GRAHAM, 2005).

Nesse contexto, cabe, por fim, destacar o estudo desenvolvido por Di Tella e McChulloch (2006), que corrobora com as considerações feitas por Graham (2005). Os autores buscaram identificar se pessoas com crenças diferentes de mobilidade tendem a apresentar efeitos diferentes da renda para a felicidade.

Utilizando dados de mais de 43.000 pessoas em 36 países a partir da *World Values Survey*, entre 1995-1997 (DI TELLA; MCCHULLOCH, 2006, p. 42), para estimar uma regressão, os autores esclarecem:

In this regression, happiness scores on a scale of 1–10 are the dependent variable, while the explanatory variables are real income, a dummy variable indicating whether the person believes that there is little or no chance of escaping from poverty, this variable interacted with income, a dummy variable for country and other personal characteristics. (DI TELLA; MCCHULLOCH, 2006, p. 42)

O estudo sugeriu que uma renda mais baixa tende a afetar mais intensamente a felicidade daqueles indivíduos que compartilham de uma crença de que a pobreza é um estado de difícil mobilidade, ou seja, a ideia principal demonstrada pelos autores é que os efeitos da renda para a felicidade também dependerão das crenças das pessoas. (DI TELLA; MCCHULLOCH, 2006).

Por fim, ao relacionar a percepção diferente de mobilidade de renda aos elementos apresentados anteriormente no presente estudo, quais leituras são possíveis acerca das duas interpretações do Paradoxo de Easterlin apresentadas no início da presente seção?

Observada a cultura local de um determinado país e o contexto do momento analisado, que apresenta elementos culturais, históricos e sociais próprios daquela realidade, enquanto em países com a crença de mobilidade mais forte parece fazer mais sentido interpretar o paradoxo à luz do *Habituation*, em que a desigualdade de renda tem efeitos mais brandos para a felicidade das pessoas, em países com a percepção de pobreza permanente e difícil mobilidade, o efeito da renda relativa e a referência de base comparativa parece ser uma interpretação mais plausível, ainda que seja importante reconhecer a particularidade desses dados, sobretudo considerando o aspecto cultural. Portanto, mesmo frente à essa interpretação, em nossa concepção não cabe propor uma representação definitiva e absoluta acerca do Paradoxo.

5. MENSURANDO A FELICIDADE

Em relação à coleta dos dados de felicidade, a partir do estudo desenvolvido por Easterlin (1974) e apresentado na terceira seção do presente estudo, o autor chama atenção para duas metodologias: a primeira é conhecida como *Gallup-poll-type survey*, e é caracterizada pela realização de perguntas diretas. O outro procedimento, que é mais sofisticado, foi desenvolvido por Cantril (1965), é denominado *self-Anchoring Striving Scale* – ainda que TERRA (2016) mencione que existem maneiras mais objetivas de mensurar a felicidade.

Easterlin (1974) esclarece que embora o método possa ser utilizado para diversas questões, em síntese, ele busca, a partir das suposições pessoais dos respondentes, assim como de suas percepções, objetivos, valores, desejos, realizações, preocupações, medos e frustrações, traçar dois extremos – ou pontos de ancoragem.

Esses extremos, baseados nos aspectos que o respondente considera importantes, definem um tipo de “escada da vida” (EASTERLIN, 1974, p. 91, tradução nossa), em que cada extremo representa o melhor e o pior cenário em sua concepção. Essa “escada”, por sua vez, é utilizada para que o respondente possa avaliar a própria vida no momento presente e identificar em qual “degrau” se encontra. Para Easterlin (1974), esse método permite uma classificação individual baseada no auto relato e ainda que o conceito seja subjetivo e diferente para cada cultura, a ideia do que é felicidade parece transcender as culturas individuais.

Ainda que esses procedimentos sejam destacados pelo autor em seu estudo na década de 1970, é importante apresentar fontes de dados mais recentes. Entender como são realizadas as pesquisas sobre felicidade no contexto contemporâneo é necessário na medida em que reconhecemos a relevância da própria variável, principalmente ao considerar a sua aplicabilidade em todas as questões apresentadas nas seções anteriores, o que pode ajudar os gestores de todos os países a acompanharem e liderarem o progresso de suas nações. (*TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS*, 2019). Além disso, os índices sobre felicidade reconhecem a variedade de dimensões além da renda que a impactam.

Frente a todas essas considerações, esta seção será dedicada a entendermos quais são os principais índices e metodologias de mensuração da felicidade, em quais pressupostos teóricos eles se baseiam, qual a sua metodologia e como são calculados.

É importante saber quais instituições coletam esses dados e onde eles são apresentados. Tendo isso em vista, vamos explorar o *World Happiness Report*, um dos principais métodos de avaliação da felicidade global, com foco no relatório disponibilizado em 2019, e o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), identificando cada uma das dimensões que o compõe.

5.1. *WORLD HAPPINESS REPORT, (WHP)*

O *World Happiness Report* – ou Relatório Mundial da Felicidade, em uma tradução livre – é uma pesquisa realizada mundialmente que busca levantar o estado de felicidade global a partir do auto relato. O primeiro relatório foi lançado em 2012 em apoio à reunião da ONU “*Wellbeing and Happiness: Defining a New Economic Paradigm*”, presidida por Jigmi Y. Thinley, Primeiro Ministro do Butão, o primeiro país a adotar a Felicidade Interna Bruta (FIB) como principal medida de desenvolvimento. O FIB será explorado com mais detalhes nas partes seguintes desta seção. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019; CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019)

Desde 2012, o *World Happiness Report* tem se destacado na mídia em nível internacional, sendo publicado em diversos veículos de comunicação como no NPR, The Guardian, New York Times, The Washington Post, Huffington Post, U.S. News e World Report, Newsday, Men's Health, Smithsonian, de forma a demonstrar, a cada ano, como a felicidade é um fator importante no desenvolvimento econômico e social de uma comunidade ou nação. (*TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS*, 2019, não paginado).

Cada vez mais autoridades têm reconhecido essa importância. Entre elas, está a chanceler alemã Angela Merkel e a primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, que, em 2018, divulgou que pretende considerar o bem-estar como uma medida de sucesso econômico. Além disso, segundo o site oficial do *WHR*, em 2014, o relatório ganhou o prêmio *Betterment of the*

Human Condition da *International Society for Quality of Life Studies*. (TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS, 2019, não paginado).

Segundo Helliwell, Layard e Sachs (2019, não paginado), o relatório:

[...] presented the available global data on national happiness and reviewed related evidence from the emerging science of happiness, showing that the quality of people's lives can be coherently, reliably, and validly assessed by a variety of subjective well-being measures, collectively referred to then and in subsequent reports as "happiness."

O seu desenvolvimento é fruto da parceria entre a *United Nations Sustainable Development Solutions Network* (SDSN) e a *Ernesto Illy Foundation*, que reúne sociedade civil, líderes empresariais, cientistas e pesquisadores. A SDSN é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que busca, a partir de evidências, propor soluções para diversos problemas e questões importantes para apoiar o desenvolvimento sustentável, como inovação técnica e empresarial. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS, 2019, não paginado).

Atualmente, existem sete relatórios, publicados desde o ano de 2012, e todos podem ser acessados e baixados gratuitamente no site oficial. A cada ano, o novo relatório contempla um tema central, além de apresentar avaliações atualizadas sobre os estados de felicidade e assuntos que aprofunda a discussão.

O primeiro relatório, publicado em 2012, sinaliza que uma nova demanda mundial volta-se a questões como felicidade e ausência de miséria como um critério importante para políticas do governo. Nesse sentido, o relatório, além de analisar o estado da felicidade global, mostra como a ciência da felicidade explica as oscilações pessoais e nacionais da variável, levantando importantes questionamentos acerca de crescimento econômico e crises de obesidade, diabetes, tabagismo e depressão. Dessa forma, identifica como o mundo está cada vez mais percebendo a importância de debruçar-se sobre a variável *Felicidade*. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS, 2019, não paginado).

O relatório de 2013, publicado em 9 de setembro daquele ano, reforça como o bem-estar é um componente fundamental para analisar o desenvolvimento econômico e progresso social. Tendo isso em vista, o WHR

de 2013 desempenha um papel importante para apoiar iniciativas de líderes mundiais que veem a felicidade como um potencial guia para a elaboração de políticas públicas. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, *TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS*, 2019, não paginado).

Além de ressaltar o foco dado pelos dois relatórios anteriores, o próximo WHR, publicado em 2015, buscou analisar as mudanças nos níveis de felicidade e os fatores que os explicam, para 158 países. Além disso, também subsidia a reformulação da agenda global de forma a conduzi-la a adotar um desenvolvimento sustentável que considere o bem-estar como um fator essencial, alcançando objetivos econômicos, sociais e ambientais em harmonia. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, *TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS*, 2019, não paginado).

O relatório de 2016, pela primeira vez, deu maior foco em questões de medição e nas consequências da desigualdade na distribuição da felicidade entre regiões e países. Dessa forma, para o relatório, os dados sobre felicidade possibilitam a construção de medidas mais amplas de desigualdade. Enquanto em 2017, o relatório enfatiza a importância dos fundamentos sociais e do trabalho para a felicidade. Além disso, também foca em analisar com mais profundidade a felicidade na China, África e na América. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, *TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS*, 2019, não paginado).

O relatório anterior ao deste ano, buscou classificar a felicidade de 156 países e a de 117 países com base na felicidade de seus imigrantes, ou seja, além da análise recorrente sobre o comportamento da felicidade global, o WHR de 2018 também buscou analisar, em predominância, a migração entre e dentro dos países, além da migração rural-urbana.

Por fim, o relatório deste ano se concentra na felicidade e na comunidade. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019). É importante ressaltar que a divulgação do relatório de 2019 foi realizada no dia 20 de março, data que comemora-se o *International Day of Happiness* – Dia Internacional da Felicidade –, segundo uma Resolução aprovada consensualmente em uma assembleia-geral da ONU, em junho de 2012 (Anexo 1). A proposta de comemoração foi feita pelo Governo Real do Butão na época. (CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019, não paginado).

Além disso, outra questão acerca do relatório que deve ganhar destaque é:

The World Happiness Report was written by a group of independent experts acting in their personal capacities. Any Views expressed in this report do not necessarily reflect the views of any organization, agency or program of the United Nations. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

O presente estudo buscará explorar mais detalhadamente o relatório de 2019, que tem como tema central a felicidade e a comunidade, conforme já comentado. Segundo Helliwell, Layard e Sachs (2019), essa análise é relevante na medida em que consideramos as rápidas mudanças que acontecem na sociedade contemporânea, sobretudo na maneira de comunicação e integração entre as pessoas.

O relatório publicado em 2018 teve como principal foco a migração, que se mostrou como uma fonte significativa de mudança global, de forma que verificou-se que o contexto social, as instituições políticas e as circunstâncias de vida de cada país se manifestam como aspectos importantes para a felicidade. Com essas transformações, no entanto, as avaliações de vida e felicidade relatada, são influenciadas “[...] by the differences in how people connect with each other and with their shared institutions and social norms.”. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

Tendo isso em vista, o relatório deste ano busca identificar como a felicidade evoluiu nos últimos doze anos, considerando as mudanças tecnológicas, as normas sociais, conflitos e políticas governamentais. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado, tradução nossa).

É dentro desse contexto que, antes de tudo, é importante esclarecer de onde vêm os dados, qual o método de amostragem, o intervalo de confiança estimado, apresentar algumas considerações estatísticas, saber quais são os pressupostos teóricos e elucidar outras informações importantes a respeito do *World Happiness Report*. O próximo tópico será dedicado a todas essas questões antes de explorar, mais detalhadamente, o que o relatório deste ano tem a apresentar.

5.1.1. WHR: alguns esclarecimentos

O *ranking* da felicidade apresentado no relatório deste ano, que classifica 156 países, utiliza os dados da *Gallup World Poll*, coletados a partir de amostras representativas, durante os anos de 2016-2018, e se baseia nas respostas de avaliação sobre a vida dos respondentes. Essa metodologia é denominada “*The Cantril ladder*”. Segundo Helliwell, Layard e Sachs (2019, não paginado) “[...] it asks respondents to think of a ladder, with the best possible life for them being a 10, and the worst possible life being a 0. They are then asked to rate their own current lives on that 0 to 10 scale.”. Ainda que, no relatório, sejam apresentados mais duas medidas de felicidade principais: “positive affect” e “negative affect”, ou *afeto positivo* e *afeto negativo* – em uma tradução livre. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, p. 12-13).

A partir das respostas obtidas, que determinam o comprimento da barra e representam a pontuação média da “escada”, busca-se estimar o quanto cada um dos seis fatores adotados pelo relatório – nível do PIB, expectativa de vida, generosidade, apoio social, liberdade e corrupção (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado, tradução nossa) – contribui para tornar as avaliações mais positivas em relação ao que é denominado “*Dystopia*”.

Para uma compreensão mais completa da metodologia do relatório, é importante esclarecer o conceito de “*Dystopia*”, ou *distopia*, em uma tradução livre do termo. Distopia se contrasta com a utopia, isto é, “Qualquer descrição ou conceito imaginário de uma sociedade com um sistema social, político e econômico ideal, com leis justas e dirigentes e políticos verdadeiramente empenhados no bem-estar de seus membros.”. (MICHAELIS, 2019, não paginado).

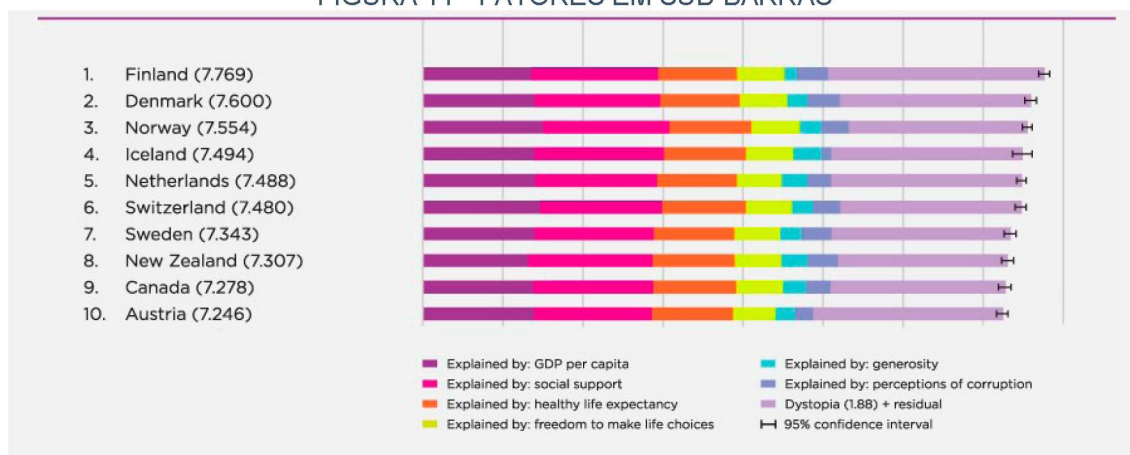
O conceito de “*Dystopia*”, dentro desse contexto, relaciona-se a um país imaginário com os cidadãos menos felizes do mundo, apresentando as médias mais baixas para as seis variáveis em relação às dos outros países. O principal objetivo de estabelecer esse cenário é obter um parâmetro no qual todos os países possam ser comparados positivamente, nos termos das seis variáveis consideradas, já que, por definição, nenhum país apresenta dados piores que a “*Dystopia*” e, portanto, “[...] A escolha da Distopia como referência

permite que todo país real tenha uma contribuição positiva (ou pelo menos zero) de cada um dos seis fatores”. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, p. 21, tradução nossa). Segundo os autores:

[...] The lowest scores observed for the six key variables, therefore, characterize Dystopia. Since life would be very unpleasant in a country with the world's lowest incomes, lowest life expectancy, lowest generosity, most corruption, least freedom, and least social support [...]. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

Retomando a discussão acerca dos seis fatores explicativos adotados pelo relatório, cada um deles é representado por sub-barras no *ranking* da felicidade, de forma que tudo aquilo que não pode ser explicado por esses fatores é representado pela barra “resíduo”, conforme mostrado na Figura 11, em que também apresenta os dez países mais felizes segundo o *ranking* da felicidade de 2019. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019). Vejamos:

FIGURA 11 - FATORES EM SUB-BARRAS



FONTE: Adaptado de Helliwell, Layard e Sachs (2019 p. 24-27).

Os autores esclarecem que as sub-barras representam apenas uma maneira de explicar as implicações desses fatores para cada um dos países apresentados no *ranking*, o que também nos dá uma explicação do porquê alguns deles apresentam uma classificação superior em relação a outro.

As barras representam os seis fatores que compõem o modelo estimado, apresentado na Figura 12:

FIGURA 12 - REGRESSÕES PARA EXPLICAR A FELICIDADE MÉDIA ENTRE OS PAÍSES (OLS AGRUPADOS) (TRADUÇÃO NOSSA)

Independent Variable	Dependent Variable			
	Cantril Ladder (0-10)	Positive Affect (0-1)	Negative Affect (0-1)	Cantril Ladder (0-10)
Log GDP per capita	0.318 (0.066)***	-.011 (0.01)	0.008 (0.008)	0.338 (0.065)***
Social support	2.422 (0.381)***	0.253 (0.05)***	-.313 (0.051)***	1.977 (0.397)***
Healthy life expectancy at birth	0.033 (0.01)***	0.001 (0.001)	0.002 (0.001)	0.03 (0.01)***
Freedom to make life choices	1.164 (0.3)***	0.352 (0.04)***	-.072 (0.041)*	0.461 (0.287)
Generosity	0.635 (0.277)**	0.137 (0.03)***	0.008 (0.028)	0.351 (0.279)
Perceptions of corruption	-.540 (0.294)*	0.025 (0.027)	0.094 (0.024)***	-.612 (0.287)**
Positive affect				2.063 (0.384)***
Negative affect				0.242 (0.429)
Year fixed effects	Included	Included	Included	Included
Number of countries	157	157	157	157
Number of obs.	1,516	1,513	1,515	1,512
Adjusted R-squared	0.74	0.476	0.27	0.76

Notes: This is a pooled OLS regression for a *tattered panel* explaining annual national average Cantril ladder responses from all available surveys from 2005 to 2018. See Technical Box 1 for detailed information about each of the predictors. Coefficients are reported with robust standard errors clustered by country in parentheses. ***, **, and * indicate significance at the 1, 5 and 10 percent levels respectively.

2

FONTE: Helliwell, Layard e Sachs (2019 p. 20-21).

A figura acima apresenta os dados da última modelagem de avaliações da vida média nacional por país e ano. A diferença com as tabelas apresentadas nos relatórios anteriores é que esta última incorpora dados mais recentes – especificamente do ano de 2018 – para o cálculo dos coeficientes. Tendo isso em vista, a primeira coluna representa uma regressão que busca explicar as avaliações de vida nos termos dos seis fatores chaves, de forma que representa a base para o cálculo das sub-barras presentes no *ranking*.

² Notas: Esta é uma *pooled OLS regression* para um *tattered panel* explicando as respostas da média anual nacional da “The Cantril ladder” de todas as pesquisas disponíveis de 2005 a 2018. Consulte a Caixa Técnica 1 para obter informações detalhadas sobre cada um dos preditores. Os coeficientes são relatados com erros padrão robustos agrupados por país entre parênteses. ***, ** e * indicam significância nos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respectivamente. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, p. 20-21, tradução nossa).

No que se refere ao cálculo das barras, os autores esclarecem:

The sub-bars are calculated by multiplying average national data for the period 2016-2018 for each of the six factors (minus the value of that variable in Dystopia) by the coefficient on this variable in the first equation [Figura 12]. This product then shows the average amount by which the overall happiness score (the life evaluation) is higher in a country because they perform better than Dystopia on that variable. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

Além disso, é importante ressaltar que, justamente pela forma como as sub-barras são construídas, elas sempre serão inferiores à barra de avaliação média de vida e não alterarão a sua largura. Segundo os autores, essas seis variáveis se baseiam no que a literatura aponta como aspectos relevantes na avaliação da vida. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado):

Note that we do not construct our happiness measure in each country using these six factors – the scores are instead based on individuals' own assessments of their lives, as indicated by the Cantril ladder. Rather, we use the six variables to explain the variation of happiness across countries.

Segundo os autores (2019), as seis variáveis explicativas representam quase três quartos do porquê das variações nas pontuações médias anuais entre os países durante o período analisado (2005 a 2018).

A definição desses fatores busca apresentar elementos importantes que são correlacionados à avaliação da vida ou a outros fatores os quais ainda não temos medidas expressas consensuais ou amplamente aceitas. Outro ponto de deve ganhar destaque é que, segundo os autores, o uso dos dados do mesmo indivíduo através da autoavaliação não afeta os resultados de maneira significativa, já que, ao testar com outros grupos, os resultados são ligeiramente diferentes. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019).

Assim como compreender o conceito de Dystopia, para o melhor entendimento do relatório, é importante apresentar algumas considerações estatísticas, como tamanho e representatividade da amostra e o intervalo de confiança adotado no estudo.

A fim de fornecer informações atualizadas sobre o estado da felicidade global, o relatório de 2019 utiliza dados de 2016-2018. No caso de algum país

não ter realizado a pesquisa em algum ano desse intervalo, no entanto, foram usados os dados de 2015. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019).

O tamanho da amostra considerada é, segundo os autores, suficientemente grande para reduzir erros de amostragem e fornecer boas estimativas de nível nacional: 1.000 entrevistados anualmente, totalizando uma amostra de 3.000 pessoas. Isso possibilita calcular um intervalo de 95% de confiança, ou seja, existe 95% de probabilidade de a média da população estar localizada no intervalo estimado e que pode ser observado na Figura 11. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019)

O resíduo representa tudo aquilo que não pode ser explicado pelo modelo, ou seja, todos os componentes que não são contemplados pelos seis fatores definidos e que explicam, em alguma medida, as avaliações de vida relatadas pela população. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019). O componente residual também está representado na Figura 11.

Mas, afinal, qual a relação entre os resíduos e a distopia apresentada na legenda do *ranking*? Conforme comentado, a distopia apresenta a pontuação mais baixa entre todos os países. O objetivo de criar esse país hipotético, é de que sirva como um parâmetro de comparação para que a contribuição de todos os seis fatores seja positiva – ou pelo menos igual a zero; tendo isso em vista, com base nas estimativas, essa pontuação foi de 1,88 na escala de 0 a 10.

Considerando essa metodologia, a sub-barra, representada pelo resíduo, é composta, portanto, pelo erro de previsão de cada país e a avaliação média da vida calculada na distopia entre 2016 e 2018. Por este motivo:

[...] although some life evaluation residuals are quite large, occasionally exceeding one point on the scale from 0 to 10, they are always much smaller than the calculated value in Dystopia, where the average life is rated at 1.88 on the 0 to 10 scale. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

Conforme já comentado, os dados utilizados para a construção do *World Happiness Report* provêm, desde 2012, da *Gallup World Poll*, uma pesquisa realizada em nível mundial pela *Gallup*, uma organização focada na consultoria, gerenciamento e desenvolvimento de pesquisas. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

Segundo a instituição, o *WHR* é o primeiro relatório a apresentar a classificação dos países a partir de uma abordagem pautada na percepção da população. O principal objetivo é fornecer estatísticas que sejam voltadas a essa questão, sobretudo porque as mais convencionais não fornecem informações sobre a felicidade das pessoas. (*TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS*, 2019, não paginado).

De qualquer forma, ainda que este estudo tenha apresentado essas considerações, o presente estudo não busca aprofundar-se em todos os detalhes estatísticos e metodológicos do *World Happiness Report* e da *Gallup World Poll*. O nosso objetivo, neste tópico, foi apenas trazer alguns esclarecimentos importantes e que, em nossa concepção, são fundamentais para o entendimento mais completo da ferramenta. Tendo isso em vista, é importante destacar que esses detalhes podem ser acessados e baixados a partir do contato com a instituição. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado; *TRACKING THE WORLD'S HAPPINESS*, 2019, não paginado). O próximo tópico será dedicado a explorar as principais considerações do relatório de 2019.

5.1.2. WHR: algumas considerações sobre o relatório de 2019

O WHR deste ano buscou apresentar as principais forças que influenciam a felicidade das pessoas a partir de uma análise que busca, em linhas gerais, entender como vem mudando a maneira pela qual as comunidades e seus membros interagem uns com os outros.

No relatório, as forças que atuam sobre essa questão se baseiam em três conjuntos: (1) nas ligações entre o governo e a comunidade – tema trabalhado nos capítulos dois e três, *Mudando a Felicidade Mundial e Felicidade e comportamento de voto*, respectivamente, em uma tradução livre – , (2) o poder do comportamento pró-social, trabalhado no capítulo quatro, *Felicidade e comportamento pró-social: uma avaliação da evidência*, e (3) mudanças na tecnologia da informação, trabalhado nos três últimos capítulos, *O triste estado de felicidade nos Estados Unidos e o papel da mídia digital*, *Big Data e Bem-Estar* e *Vício e infelicidade na América*. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado, tradução nossa). Essas questões são

trabalhadas após o capítulo inicial, que busca introduzir o relatório em linhas gerais.

Os capítulos iniciais, que tratam acerca das ligações entre o governo e a comunidade, buscam, inicialmente, analisar as relações entre as medidas nacionais sobre a qualidade do governo com a felicidade média nacional, nesse sentido, além de apresentar os rankings habituais do relatório acerca da avaliação da vida dos países, que considera, conforme já comentado, os seis fatores chaves que explicam as diferenças observadas, buscam apresentar medidas complementares, com dados globais e outros indicadores importantes, como dados adicionais sobre as mudanças na qualidade de governança em nível global e nacional. Posterior a isso, mas ainda entre os primeiros capítulos, o relatório também propõe uma análise que inverte a direção de causalidade, de forma que investiga como a felicidade dos cidadãos afeta a participação em períodos de votação, o que traz elementos importantes para a reflexão. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

O capítulo que analisa o poder da generosidade e do comportamento pró-social demonstra o quanto esses fatores possibilitam a criação de comunidades e lugares mais felizes para se viver, de forma que revela que é mais provável que as pessoas se sintam mais felizes em ajudar uns aos outros quando estão conectadas ao receptor, quando se sentem livres para fazê-lo e quando percebem que a ajuda está fazendo a diferença. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

A parte final do relatório consiste, conforme já comentado, em analisar as mudanças na tecnologia da informação. De início, identifica o quanto a quantidade de tempo investida pelos adolescentes americanos nos dispositivos eletrônicos reduz a felicidade, na medida em que desencadeia comportamentos ansiedade. Esse tempo, segundo o relatório, podia estar sendo investido em atividade mais benéficas à saúde. Além dissertar sobre *Big Data* e bem-estar, a última seção do relatório também discute sobre questões e teorias de dependência, assim como a variedade de possíveis causas e curas. (HELLIWELL; LAYARD; SACHS, 2019, não paginado).

O presente trabalho, embora não busque esmiuçar o WHR de 2019 nos mínimos detalhes, e sim apenas trazer uma breve apresentação sobre os principais assuntos abordados neste ano, considera que apresentar essas

informações é relevante no estudo do tema pois a análise proposta pelo relatório promove uma compreensão mais profunda acerca das variáveis e fatores que afetam a felicidade das pessoas no contexto atual. Além disso, é importante entendermos como as rápidas mudanças no âmbito tecnológico afetam na relação que temos com o mundo e com as pessoas. Essas mudanças, naturalmente, também apresentam impactos significativos para a felicidade.

5.2. FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)

A Felicidade Interna Bruta (FIB) – ou *Gross National Happiness (GNH)* – é um indicador desenvolvido e adotado como principal e oficial estatística desde 1972 pelo Governo Real do Butão, um país localizado no sul da Ásia, ao leste dos Himalaias. Segundo Lustosa e De Melo (2010) ele foi elaborado pelo rei butanês Jigme Singya Wangchuck e recebeu apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como uma nova maneira de medir o progresso de uma nação.

O FIB busca analisar não somente o crescimento econômico, como se atenta e considera no cálculo da riqueza outras questões relacionadas a “[...] aspectos psicológicos, culturais, ambientais e espirituais.” (CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019, não paginado; LUSTOSA; DE MELO, 2010). Além disso, segundo Lustosa e De Melo (2010, p. 37) “[...] Considera-se o empreendedorismo social como geração ética de riqueza – produção de bens e serviços – para alcançar o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social”.

Os mesmos autores (2010, p. 36) argumentam que:

Um grupo de economistas e cientistas liderado por Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001, acreditam que o Produto Interno Bruto (PIB) é uma ferramenta limitada para medir o progresso das sociedades, uma vez que não consegue mensurar, com eficácia, o bem-estar social de uma nação por meio dos resultados desejados em todas as suas políticas implementadas para tal fim.

Isso acontece, segundo os autores (2010), porque o PIB ao resumir a atividade econômica, não distingue custos e benefícios, assim como não

qualifica transações eticamente, como produzir equipamentos para guerras, por exemplo, e contempla apenas as transações econômicas. Além disso, embora o PIB seja um ótimo indicador para medir o nível de capital que foi produzido, não considera aqueles providos pelo meio ambiente, humanos e sociais, de forma que não mede, portanto, outras formas de capital e serviços.

Isso não significa, no entanto, que o crescimento econômico não seja um importante indicador promotor de bem-estar, principalmente ao considerar o aumento da renda dos mais pobres. Lustosa e De Melo (2010) esclarecem que indicadores como o FIB, reconhecem essa importância e têm a renda como parte integrante, mas não deixam que contemplar elementos essenciais para a vida dos cidadãos e que apresentam impactos importantes para a felicidade.

O FIB é, portanto, constituído por nove dimensões (ou “domínios” segundo Sales et al., 2015, p. 89), construídas a partir pesquisas realizadas anualmente junto com a população local. As nove dimensões representam articulações, de mesmo peso, dos quatro pilares centrais do FIB: (1) desenvolvimento socioeconômico sustentável e equitativo; (2) conservação ambiental; (3) preservação e promoção da cultura e (4) boa governança (LUSTOSA, DE MELO, 2010; SALES, et al., 2015, p. 89). São elas:

QUADRO 1 - DIMENSÕES DO ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)

(Continua)

1. Bem-Estar Psicológico – avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo tem em relação a sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoções positivas e negativas, e analisam a autoestima, sensação de competência, estresse, e atividades espirituais.

2. Saúde – mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como autoavaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercícios, sono, nutrição.

QUADRO 2 - DIMENSÕES DO ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)
(Conclusão)

<p>3. Uso do Tempo – o uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente o tempo para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada, incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais etc.</p>
<p>4. Vitalidade Comunitária – foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado.</p>
<p>5. Educação – leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação ambiental.</p>
<p>6. Cultura – avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero.</p>
<p>7. Resiliência ecológica – mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo, saneamento.</p>
<p>8. Governança – avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e a transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos e, principalmente, com a construção de políticas públicas.</p>
<p>9. Padrão de Vida – avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações etc.</p>

FONTE: Adaptado de Lustosa e De Melo (2010, p. 37-38) e Sales et al. (2015)

Encontrar maneiras de mensurar outros fatores além da renda é importante na medida em que diversos estudos recentes têm identificado que, além de um certo nível de renda,

a maior felicidade provém de fortes e abundantes conexões sociais, uma sensação de controle sobre sua vida, um trabalho significativo,

boa saúde, segurança econômica básica, confiança nas outras pessoas e no governo, bem como outras oportunidades menos conectadas com remuneração monetária como o trabalho voluntário, o trabalho doméstico não remunerado e os serviços providos pelo ecossistema [...]. (LUSTOSA; DE MELO, 2010, p. 36)

Nesse sentido, a Felicidade Interna Bruta (FIB), que caracteriza-se como um indicador sistêmico, tem ganhado cada vez mais espaço na literatura econômica, sobretudo por contemplar tantos elementos e dimensões. (SALES et al, 2015). Dentro desse contexto, segundo Sales et al (2015), de acordo com as concepções do FIB, o desenvolvimento de uma nação deve vir acompanhado da criação de um ambiente que promova a felicidade do seu povo. Nesse sentido, as políticas públicas desempenham um papel fundamental para a concretização dessa realidade.

É importante ressaltar que Sales et al. (2015) esclarecem que o FIB provém do próprio conceito de felicidade dos orientais, que compartilha de uma visão multidimensional, em que a responsabilidade e o respeito ao próximo desempenham um papel fundamental. Segundo os autores:

Conforme declarado pelo Primeiro Ministro do Butão, a felicidade para os orientais: “não pode existir enquanto outros sofrem, e só vem de servir os outros, vivendo em harmonia com a natureza, e percebendo a nossa sabedoria inata e da verdadeira natureza e brilhante de nossas próprias mentes” (THINLEY, 2009 apud URA et al., 2012, p.7). (SALES ET AL., 2015, p. 89).

Ainda que o conceito de felicidade e, naturalmente, o FIB, tenham origens com base na cultura local, a maneira como se manifesta o cálculo do indicador e foco no bem-estar e na felicidade humana, trazem, no mínimo, importantes reflexões acerca de como lidamos com a questão *felicidade* no ocidente.

Segundo Bakshi (2004) (apud SALES ET AL., 2015, p. 92), o FIB representa um avanço significativo na teoria econômica na medida que trata do desenvolvimento de forma tão sistêmica como nunca, assim como porque “[...] foi a primeira vez em que se falou em maximização da felicidade, não em termos individuais ou imediatistas, mas sim aquela que emana da remoção das dificuldades e das condições de negatividade”. (SALES, et al., 2015).

Além de apresentar diversos trabalhos acerca de indicadores de bem-estar, os quais demonstram que o FIB é o indicador mais completo, estudos

sobre as suas dimensões e sobre formas de melhoria de medição e operacionalização do FIB, Sales et al. (2015) citam o trabalho desenvolvido por Di Tella e MacCulloch (2008), autores trabalhados nesta pesquisa, que enfatiza a importância de outros fatores além da renda para a felicidade das pessoas.

Dessa maneira, o FIB se mostra não só como um indicador que se difere dos demais, como “[...] rompe com a visão unidimensional dos indicadores anteriores, ao propor um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais, sociais e humanos para efetivação de um bom desenvolvimento.”. (SALES ET AL., 2015, p. 92).

Portanto, nesse sentido, levantar questionamentos acerca de progresso, bem-estar e felicidade, considerando as diversas dimensões que os compõem - incluindo questões ambientais, saúde mental e integração social e cultural, por exemplo -, são importantes na medida que se manifestam como parte de uma autoanálise e pensamento crítico sobre o futuro da nação, de forma a fomentar pensamentos sobre o que e onde queremos estar nos próximos anos. (LUSTOSA; DE MELO, 2010; SALES et al, 2015).

Tendo isso em vista, novos mecanismos de medição, que contemplem questões não puramente econômicas, conhecidos como indicadores sociais, como o FIB, desempenham um papel fundamental, ainda que apresentem diversas questões a serem exploradas, aprimoradas e necessárias as devidas adaptações frente ao contexto local, social, econômico e cultural próprio. (LUSTOSA; DE MELO, 2010; SALES et al, 2015).

5.3. FELICIDADE, UMA NOVA PREOCUPAÇÃO

Indicadores como a Felicidade Interna Bruta (FIB) e documentos como o *World Happiness Report (WHP)* não só demonstram como questões além da esfera econômica são importantes ao analisarmos a variável *felicidade*, como promovem medidas e elementos analíticos concretos para subsidiar a elaboração de políticas públicas e para estudos da economia.

Essas medidas de avaliação da felicidade promovem novas possibilidades de pesquisa e análises mais profundas. Compreender os elementos e fatores levantados por esses indicadores, sobretudo para avaliarmos seus impactos para a felicidade das pessoas, abrem caminhos para

o entendimento mais completo sobre como os agentes relacionam-se com questões econômicas, como renda e consumo, por exemplo, apresentando importantes contribuições para a teoria econômica.

Segundo Graham (2005) muitos estudiosos defendem a criação de contas nacionais de bem-estar como uma maneira de complementar as medidas convencionais baseadas na renda, ainda que a nação do Butão tenha aderido à Felicidade Interna Bruta (FIB) como uma medida substitutiva do próprio produto nacional bruto como um indicador de progresso social.

Lustosa e De Melo (2010) argumentam que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) está, a cada dia, levando mais a sério os estudos e pesquisas sobre o bem-estar social e felicidade, sobretudo para a elaboração de “*melhores práticas*” (LUSTOSA; DE MELO, 2010, p. 37), que se baseiam em “[...] políticas sociais e econômicas que claramente demonstraram o potencial de aumentar a satisfação com a vida, criando medidas mais inteligentes de melhoria de progresso”.

Além disso, segundo os autores (2010), Nicolas Sarkozy, presidente da França entre 2007 e 2012, aderiu ao paradigma em 2008 ao organizar uma comissão liderada por Joseph Stiglitz e Amartya Sen, que buscava dar maior foco em indicadores de saúde, coesão familiar e tempo de lazer. Indicadores como o Índice de Progresso Nacional (IPN), adotado pelo Governo da Tailândia e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), das Nações Unidas, também devem ganhar destaque e são uma prova de que outras questões além da renda estão ganhando cada vez mais destaque.

Em resumo, segundo Lustosa e De Melo (2010, p. 37):

[...] percebe-se um movimento mundial crescente em busca de novas alternativas de índice de desenvolvimento que retratem melhor o desempenho econômico no sentido de promover o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental.

Essa nova abordagem, que consiste na análise a partir dos dados sobre felicidade, assim como a construção de indicadores de mensuração da variável, apresenta um grande potencial para melhorar a vida das pessoas a partir das mudanças nas políticas públicas. Segundo Graham (2005), ainda que algumas considerações não sejam consensuais entre os economistas, as

pesquisas sobre felicidade têm se mostrado como uma ferramenta importante para complementar a elaboração dessas políticas. Reconhecer essas contribuições, no entanto, não significa dizer que a abordagem está impune a um tratamento cauteloso, principalmente considerando os possíveis vieses nos dados e a dificuldade de análise. (GRAHAM, 2005).

De qualquer forma, a autora (2005) argumenta que

Happiness economics also opens a field of research questions which still need to be addressed. These include the implications of well-being findings for national indicators and economic growth patterns; the effects of happiness on behavior such as work effort, consumption, and investment; and the effects on political behavior.

Portanto, para Graham (2005), para responder diversas perguntas que podem surgir sobre o tema, os pesquisadores precisarão de mais dados e de melhor qualidade; nesse sentido, a sofisticação de técnicas econométricas e o aprimoramento das formas de coleta e análise, desempenharão um papel fundamental para que os economistas resolvam essas questões futuramente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões propostas pela Economia da Felicidade, embora sejam fruto de uma abordagem recente e que apresenta algumas fragilidades, promovem importantes reflexões acerca de questões econômicas, como o *trade off* entre inflação e desemprego, avaliação de bens e políticas públicas e custos e benefícios de políticas de tributação. Essa nova forma de avaliação fornece uma análise mais completa acerca da relação entre renda e felicidade, discussão central a que se propõe este estudo.

Apresentar essas aplicações, no contexto da presente pesquisa, consiste em demonstrar como a variável *Felicidade* pode ser trabalhada nas análises econômicas. Nesse sentido, a abordagem proposta pela Economia da Felicidade apresenta desdobramentos suficientemente relevantes para que os economistas adotem-na para estudos futuros.

Conforme apresentado, a relação entre renda e felicidade observada por Richard Easterlin na década de 70, resultou em uma expressão que ganhou destaque na literatura econômica e que ainda é trabalhada em estudos recentes: o *Paradoxo de Easterlin*. Em resumo, o paradoxo consiste na relação empírica observada de que embora a renda seja positivamente correlacionada à felicidade dentro de um mesmo país e em um dado momento do tempo, essa relação não se manifesta ao observarmos o aumento da renda ao longo do tempo e nem ao compararmos países de renda mais elevada com países de renda mais baixa.

Nesse sentido, os fatores apresentados pelos estudos em Economia da Felicidade desempenham um papel fundamental na interpretação dessa relação, e apresentam, naturalmente, desdobramentos importantes sobre como os agentes relacionam-se com renda e consumo, variáveis significativamente influentes para o bem-estar, visão compartilhada mesmo a partir da literatura tradicional da Economia. É nesse contexto, portanto, que compreender de forma mais completa a maneira como renda e consumo repercutem para a felicidade, representa parte de uma discussão central na Ciência Econômica.

A interpretação baseada na felicidade em função da *renda relativa* trabalhada por Easterlin consiste na ideia de que felicidade das pessoas não dependerá exclusivamente de sua renda absoluta, já que, considerando os

grupos de referência e as condições materiais de um determinado contexto, temporal ou territorial, emerge, nesse sentido, a partir da experiência de socialização econômica dos indivíduos, um padrão de consumo do que é ser feliz, uma base comum de comparação para que as pessoas façam a autoavaliação do quão se aproximam da referência corrente. Tendo isso em vista, o aumento da renda atualiza a norma de consumo na medida em que cresce, como uma *esteira hedônica*.

Uma leitura a partir de fatores psicológicos, representado pelo *Habituation* e pela Teoria do “Ponto Fixo” da Felicidade, sugere que as pessoas tendem a um processo de adaptação a novas realidades, sobretudo relacionadas a questões pecuniárias. É importante ressaltar, ainda, como a crença de mobilidade, que varia de cultura a cultura a partir de leituras da realidade e de processos históricos diferentes, também afeta a maneira pela qual as pessoas lidam com questões econômicas, como a desigualdade. Certamente, esses fatores também refletem no nível de felicidade das pessoas na medida em que afetam a maneira com que lidam com questões como renda e consumo.

Tendo em vista essas considerações, é nesse contexto, portanto, que os elementos apresentados na presente pesquisa evidenciam como fatores psicológicos, sociais, culturais e institucionais são importantes ao analisarmos a relação entre renda e felicidade. Os fatores trabalhados nos estudos em Economia da Felicidade demonstram a complexidade dessa relação e que outras questões são importantes no estudo do tema.

Compreender esses aspectos com plenitude resulta em entendermos que, embora o processo de crescimento econômico e elevação da renda seja uma condição importante e necessária para a melhora das condições de vida, principalmente para grupos de renda mais baixo, se mostra como insuficiente para proporcionar aumento dos níveis de felicidade frente aos elementos aqui apresentados e as outras questões que devem ser consideradas nesse sentido.

Portanto, é nesse contexto que os índices de mensuração e avaliação da felicidade global e nacional desempenham um importante papel, já que reconhecem, ainda que com algumas diferenças entre si, que a felicidade será influenciada por uma série de dimensões. Além disso, esses indicadores são

importantes pois complementam as avaliações de bem-estar baseados na renda e contemplam elementos importantes e próprios do contexto local.

De qualquer forma, ainda que esta pesquisa apresente essas considerações, a Economia da Felicidade ainda é um campo novo de estudo e com muitas lacunas a serem preenchidas, sobretudo por trabalhos que contemplem dados mais recentes e que explorem a questão cultural com mais profundidade, de forma a identificar, com mais detalhes, como renda e felicidade relacionam-se entre si e como a cultura de consumo predominante pode ser vista a partir dessa nova abordagem de análise.

7. REFERÊNCIAS

DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. Some Uses of Happiness Data in Economics. **Journal of Economic Perspectives**, V. 20, N. 1, Winter, P. 25–46, 2006. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/aeajecper/v_3a20_3ay_3a2006_3ai_3a1_3ap_3a25-46.htm>. Acesso em 05 mar. 2019.

EASTERLIN, R. 1974. "Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence" in **Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramovitz**. DAVID, P. A; REDER, M. W. (Eds.). New York: Academic Press, p.89-125, 1974. Disponível em: <<http://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>>. Acesso em 05 mar. 2019.

FREITAS, T. A. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Disciplina Indicadores Socioeconômicos na gestão pública, Especialização em Gestão Pública Municipal, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. S.D. Disponível em: <<http://www.sabercom.furg.br/bitstream/123456789/1710/1/Crescimento%20e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%201.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2019.

GALLUP. **Tracking the World's Happiness**. Disponível em: <<https://www.gallup.com/analytics/247355/gallup-world-happiness-report.aspx>>. Acesso em 16 ago. 2019.

GALLUP. **What If You Were the Leading Source?** Disponível em: <<https://www.gallup.com/analytics/232838/world-poll.aspx>>. Acesso em 28 out. 2019.

GRAHAM, C. The Economics of Happiness Insights on globalization from a novel approach. **WORLD ECONOMICS**, V. 6, N. 3, P. 41-56, 2005. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/200509.pdf>>. Acesso em 05. Mar. 2019.

HELLIWELL, J.; LAYARD, R.; SACHS, J. **World Happiness Report Ed. 2019**. New York: Sustainable Development Solutions Network, 2019. Disponível em: <<https://worldhappiness.report/ed/2019/>>. Acesso em 12 jul. 2019.

LEVINSON, A. Happiness, Behavioral Economics, And Public Policy. **The National Bureau Of Economic Research**. Massachusetts Avenue Cambridge, N. 19329, 2013. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w19329>>. Acesso em 12 jul. 2019.

LUSTOSA, A. E.; DE MELO, L. F. **Felicidade Interna Bruta (FIB) – Índice de Desenvolvimento Sustentável**. In: Conjuntura econômica goiana: Boletim Trimestral. n. 14 (2004), Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, P. 36-40, 2010. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/artigo05.pdf>>. Acesso em 28 mai. 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/felicidade/>>. Acesso em 28 nov. 2019.

NAÇÕES UNIDAS, CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO PARA A EUROPA OCIDENTAL. **Dia Internacional da Felicidade Comemora-se este Ano pela Primeira Vez**. Disponível em <<https://www.unric.org/pt/actualidade/31067-dia-internacional-da-felicidade-comemora-se-este-ano-pela-primeira-vez>>. Acesso em 15 abril 2019.

SALES, A. P. **Dinheiro Não Traz Felicidade? Algumas Revelações do Indicador de Felicidade Interna Bruta**. REUNA, Belo Horizonte, V.20, N.3, P. 83-108, 2015. Disponível em: <<https://revistas.una.br/reuna/article/view/680/626>>. Acesso em 17 out. 2019.

TERRA, L. P. **Homogamia de Valores e Felicidade Marital no Brasil**. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FACE-AK3SKE>>. Acesso em 23 abr. 2019.

TERRA, L. P. **Viver mais é viver melhor? Uma análise da esperança de vida feliz no Brasil Belo**. Dissertação (Mestrado em Demografia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-8AMNWL>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

WORLD HAPPINESS REPORT. **FAQ**. 2019. Disponível em: <<https://worldhappiness.report/faq/>>. Acesso em 29 nov. 2019.

WORLD HAPPINESS REPORT. **READ THE REPORTS**. 2019. Disponível em: <<https://worldhappiness.report/download/>>. Acesso em 17 ago. 2019.

ANEXO

ANEXO 1 - RESOLUÇÃO ADOTADA PELA ASSEMBLEIA GERAL EM 28 DE JUNHO DE 2012 (tradução nossa)

United Nations

A/RES/66/281



General Assembly

Distr.: General
12 July 2012Sixty-sixth session
Agenda item 14**Resolution adopted by the General Assembly on 28 June 2012**

[without reference to a Main Committee (A/66/L.48/Rev.1)]

66/281. International Day of Happiness*The General Assembly,*

Recalling its resolution 65/309 of 19 July 2011, which invites Member States to pursue the elaboration of additional measures that better capture the importance of the pursuit of happiness and well-being in development with a view to guiding their public policies,

Conscious that the pursuit of happiness is a fundamental human goal,

Recognizing the relevance of happiness and well-being as universal goals and aspirations in the lives of human beings around the world and the importance of their recognition in public policy objectives,

Recognizing also the need for a more inclusive, equitable and balanced approach to economic growth that promotes sustainable development, poverty eradication, happiness and the well-being of all peoples,

1. *Decides* to proclaim 20 March the International Day of Happiness;
2. *Invites* all Member States, organizations of the United Nations system and other international and regional organizations, as well as civil society, including non-governmental organizations and individuals, to observe the International Day of Happiness in an appropriate manner, including through education and public awareness-raising activities;
3. *Requests* the Secretary-General to bring the present resolution to the attention of all Member States, organizations of the United Nations system and civil society organizations for appropriate observance.

118th plenary meeting
28 June 2012

11-47568



.. . □